

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Ana Maria Heinrichs Maciel

**O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO
BRASIL SOB A ÓTICA DA GOVERNANÇA PÚBLICA**

Santa Maria, RS, Brasil
2023

Ana Maria Heinrichs Maciel

**O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL
SOB A ÓTICA DA GOVERNANÇA PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração Pública, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Administração Pública**.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Guilherme Machado Pinto

Santa Maria, RS
2023

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code 001

Maciel, Ana Maria Heinrichs

O Impacto socioeconômico da Pandemia da Covid-19 no Brasil sob a ótica da Governança Pública / Ana Maria Heinrichs Maciel. - 2023.

86 p.; 30 cm

Orientador: Nelson Guilherme Machado Pinto

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, RS, 2023.

1. Pandemia 2. Covid-19 3. Governança Pública 4. Impacto Socioeconômico I. Pinto, Nelson Guilherme Machado

II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ANA MARIA HEINRICHS MACIEL, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Ana Maria Heinrichs Maciel

**O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO
BRASIL SOB A ÓTICA DA GOVERNANÇA PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração Pública, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Administração Pública**.

Aprovada em 03 fevereiro de 2023:

Nelson Guilherme Machado Pinto, Dr. (UFSM)
(Presidente/orientador)

Daniel Arruda Coronel, Dr. (UFSM)

Mygre Lopes, Dra. (UNIPAMPA)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por permitir que continuasse firme durante essa caminhada, por nunca me deixar desistir, mesmo diante dos obstáculos. Por toda sua perfeição na condução da minha vida e ser o motivo de minha fé e equilíbrio.

Aos familiares que foram incentivadores nesta caminhada de aprendizado ao longo de minha vida, minha avó Erutildes Maciel e meu avô Oscar Maciel, que sempre me incentivaram a estudar mesmo com as diversas dificuldades. Mas em especial, agradeço ao meu esposo Eron Domingues, por ser o maior incentivador, por estar ao meu lado durante toda minha jornada acadêmica, e na jornada da vida, nos momentos difíceis sempre prestando todo suporte necessário.

Meu orientador Prof. Dr. Nelson Guilherme Machado Pinto, por todos os ensinamentos, pela disponibilidade, por não medir esforços em me ajudar e por sempre contribuir na minha jornada acadêmica. Por representar um exemplo de profissional para mim.

Agradeço aos colegas e amigos que fiz durante o curso, pela oportunidade de crescimento em grupo. Mas em especial, agradeço à colega e amiga, Taine Matheis, companheira de estudos, dedicada, compreensiva, e que foi importante parceria neste caminho trilhado.

A Universidade Federal de Santa Maria por me permitir realizar mais este sonho. Ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública por toda contribuição e auxílio que sempre prestaram aos alunos. Aos professores(as) do curso, em especial professora Kelmara por todo aprendizado, contribuição e incentivo na trajetória acadêmica.

Minha gratidão aos amigos e familiares que foram presentes em minha vida neste período, que de alguma forma me incentivaram na minha caminhada; é com imensa satisfação que divido com vocês esse momento de felicidade.

*“A boa governança é crucial para qualquer sociedade
que deseje promover seu desenvolvimento econômico
e o bem-estar de seu povo.”*

B. Guy Peters

RESUMO

O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL SOB A ÓTICA DA GOVERNANÇA PÚBLICA

AUTORA: Ana Maria Heinrichs Maciel

ORIENTADOR: Nelson Guilherme Machado Pinto

A crise global causada pela Pandemia da Covid-19 levou países do mundo todo a enfrentarem desafios em definir estratégias para mitigar impactos causados pela doença. As estruturas de governança influenciam no processo decisório de cada país e, trazem resultados e impactos diferentes. O objetivo deste trabalho é analisar o impacto socioeconômico causado pela Pandemia da Covid-19 no Brasil diante do modelo de governança adotado pelo país. O estudo se desenvolve apoiado nas sugestões e evidências da literatura, dividindo as variáveis em duas linhas: (i) social; que engloba a magnitude da doença, óbitos e vacinação, e (ii) econômico-financeiro; que abrange indicadores de emprego e renda e gastos públicos com benefício social durante a Pandemia. A pesquisa é exploratória e descritiva, com intuito de investigar e descrever o fenômeno, apropriar-se do tema e os impactos causados no conjunto socioeconômico do país. A abordagem do estudo é quantitativa, objetivando mensurar os impactos, sendo utilizados dados secundários provenientes de análise documental de portais e fontes públicas de dados. Para análise de dados as técnicas utilizadas voltam-se à estatística descritiva e regressão de dados em painel. O teste de Efeitos-Aleatórios utilizou 756 observações em 27 unidades de corte transversal, que representam os estados brasileiros na série temporal de 28 meses, no recorte de março de 2020 a junho de 2022. A variável dependente considerada é a magnitude/casos da doença. As evidências do estudo descrevem o cenário da Pandemia nos diferentes estados. A partir da aplicação do modelo econométrico, verificou-se que as variáveis utilizadas possuem significância e representam a hipótese de estudo. Portanto, a relação entre a magnitude da doença, o número de óbitos, o número de vacinas aplicadas, o auxílio emergencial, e, a alta/baixa dos empregos formais dá sustentação ao que foi proposto na hipótese do estudo. O coeficiente mais indicativo do estudo foi o de mortalidade. A relação diretamente proporcional indica que estados que tiveram mais casos de Covid-19 tiveram mais mortes. Além disso, a variável vacinas, evidencia que a imunização salvou mais vidas, pois locais com maiores números de vacinação tiveram menos casos e mortes. A variável do auxílio emergencial indicou que locais onde houve maiores valores de benefício pago, houve a diminuição de casos. Considerando as contratações no mercado de trabalho, onde haviam mais pessoas trabalhando, houve mais casos de contaminação. Por outro lado, quanto mais desligamentos dos cargos de trabalho, menor a proporção de casos da doença. Com o *lockdown* e a diminuição de pessoas circulando houve redução no número de casos. O R^2 ajustado do modelo da regressão em painel apresentou o valor de 0,405234. O valor é satisfatório, pois demonstra que a capacidade de explicar o tema com as variáveis foi de 40,52%. Admite-se que as seis variáveis inseridas no estudo captam a relação dos impactos da Pandemia nas regiões brasileiras. Assim, as consequências identificadas em cada região, decorrem das decisões dos modelos de governança adotados em cada Estado, cuja regionalização trouxe impactos socioeconômicos diferentes nas regiões brasileiras.

Palavras-chave: Pandemia; Covid-19; Governança Pública; Impacto Socioeconômico.

ABSTRACT

THE SOCIOECONOMIC IMPACT OF THE COVID-19 PANDEMIC IN BRAZIL FROM THE PERSPECTIVE OF PUBLIC GOVERNANCE

AUTHOR: Ana Maria Heinrichs Maciel
ADVISOR: Nelson Guilherme Machado Pinto

The global crisis caused by the Covid-19 Pandemic has led countries around the world to face challenges in defining strategies to mitigate the impacts caused by the disease. Governance structures influence the decision making process of each country and bring different results and impacts. The objective of this paper is to analyze the socioeconomic impact caused by the Covid-19 Pandemic in Brazil in light of the governance model adopted by the country. The study is developed based on suggestions and evidence from the literature, dividing the variables into two lines: (i) social; which encompasses the magnitude of the disease, deaths and vaccination, and (ii) economic-financial; which covers employment and income indicators and public spending on social benefits during the Pandemic. The research is exploratory and descriptive, with the intention of investigating and describing the phenomenon, taking ownership of the theme and the impacts caused on the country's socioeconomic set. The approach of the study is quantitative, aiming to measure the impacts, using secondary data from documentary analysis of portals and public data sources. For data analysis, the techniques used are descriptive statistics and panel data regression. The random-effects test used 756 observations in 27 cross-section units, which represent the Brazilian states in the 28-month time series, from March 2020 to June 2022. The dependent variable considered is the magnitude/cases of the disease. The evidence from the study describes the pandemic scenario in the different states. From the application of the econometric model, it was found that the variables used have significance and represent the study hypothesis. Therefore, the relationship between the magnitude of the disease, the number of deaths, the number of vaccines applied, the emergency aid, and the high/low formal jobs gives support to what was proposed in the hypothesis of the study. The most indicative coefficient of the study was mortality. The directly proportional relationship indicates that states that had more cases of Covid-19 had more deaths. In addition, the vaccines variable, evidences that immunization saved more lives, as places with higher vaccination numbers had fewer cases and deaths. The emergency aid variable indicated that places where there were higher amounts of benefits paid had a decrease in cases. Considering the hiring in the labor market, where there were more people working, there were more cases of contamination. On the other hand, the more people that quit their jobs, the lower the proportion of cases of the disease. With the lockdown and the decrease in people circulating there was a reduction in the number of cases. The adjusted R^2 of the panel regression model presented the value of 0.405234. The value is satisfactory, as it shows that the ability to explain the issue with the variables was 40.52%. It is admitted that the six variables inserted in the study capture the relationship of the impacts of the Pandemic in the Brazilian regions. Thus, the consequences identified in each region stem from the decisions of the governance models adopted in each state, whose regionalization brought different socioeconomic impacts in the Brazilian regions.

Keywords: Pandemic; Covid-19; Public Governance; Socioeconomic Impact

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Modelo teórico de governança	24
FIGURA 2 - Fases compreendidas no processo do ciclo orçamentário	28
FIGURA 3 - Mapa global de casos e taxa de letalidade da Covid-19 no período de 22 de janeiro 2020 a 22 outubro de 2022.....	31
FIGURA 4 - Evolução trimestral da desigualdade social no Brasil	34
FIGURA 5- Mapa de produção científica mundial de pesquisas na área de governança pública	38
FIGURA 6 - Vinte documentos mais citados globalmente	39
FIGURA 7 - Produção dos principais autores ao longo do tempo	40
FIGURA 8 - Palavras mais citadas no período 1999-2021 relacionada ao termo de Governança	41
FIGURA 9 - <i>Word cloud</i>	42
FIGURA 10 - Mapa fatorial dos documentos com maiores contribuições para explicar o tema	43
FIGURA 11 - Desenho Metodológico	55
FIGURA 12- Observações nacionais de casos de Covid, óbitos e vacinação na série temporal 03/2020 a 06/2022.....	58
FIGURA 13 - Comportamento das variáveis econômicas do Brasil na série temporal 03/2020 a 06/2022	60
FIGURA 14 - Inflação por faixa de renda no Brasil na série temporal 03/2020 a 06/2022.....	62
FIGURA 15 - Estados com maiores índices de admissões de trabalho formal – Região Sul ..	70
FIGURA 16 - Estados com maiores índices de admissões de trabalho formal – Região Centro Oeste e Sudeste	71

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Desempenho do Brasil no Ranking de Competitividade Global 2019-2022	35
QUADRO 2 - A autoria, objetivo e principais resultados dos estudos sobre governança pública	44
QUADRO 3 - Descrição das variáveis e códigos para análises por estados brasileiros	50
QUADRO 4 - Variáveis independentes nacionais	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2	OBJETIVOS	18
1.2.1	Objetivo Geral.....	18
1.2.2	Objetivos específicos.....	18
1.3	JUSTIFICATIVA	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	GOVERNANÇA PÚBLICA	22
2.1.1	Lei de Responsabilidade Fiscal.....	25
2.2	FINANÇAS PÚBLICAS	26
2.2.1	Despesas Públicas.....	27
2.2.2	Estado de Calamidade Pública e Normativas	29
2.3	IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA COVID-19	31
2.3.1	Brasil e a Governança na Pandemia	33
2.3.2	Legados e Percepções da Pandemia	36
3	EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	38
3.1	PERCEPÇÕES SOBRE O ENTENDIMENTO E EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA	46
4	MÉTODO DE PESQUISA.....	48
4.1	CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA	48
4.2	COLETA DE DADOS	49
4.3	UNIVERSO DE ESTUDO E VARIÁVEIS	49
4.4	TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	51
4.4.1	Procedimentos Econométricos.....	53
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	57
5.1	ANÁLISES NACIONAIS	57
5.2	ANÁLISES DAS VARIÁVEIS SOCIAIS REGIONAIS	63
5.3	ANÁLISES DAS VARIÁVEIS ECONÔMICO-FINANCEIRAS DOS ESTADOS....	67
5.4	ANÁLISE ECONOMÉTRICA.....	71
5.5	IMPLICAÇÕES: EFEITOS DA GOVERNANÇA NA PANDEMIA.....	73
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76

6.1	LIMITAÇÕES	77
6.2	ESTUDOS FUTUROS	78
	REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

A Pandemia causada pela Covid-19 trouxe a todas as nações um cenário duvidoso e cheio de incertezas. As influências se refletem nos mais diversos setores econômicos e sociais de um país e que é agravado pela crise de saúde pública, vista por Van der Voet (2022) como uma crise heterogênea. É um efeito cascata que engloba todos os aspectos relacionados à vida humana (NICOLA *et al.*, 2020).

Os primeiros casos do vírus identificado como Covid -19 foram registrados no final do ano de 2019, na China, quando a doença ainda era desconhecida e apenas se conheciam os sintomas, estes semelhantes ao de pneumonia (KHALATBARI-SOLTANI *et al.* 2020). A Organização Mundial da Saúde - OMS, declarou em 30 de janeiro de 2020 surto de Covid-19, como uma Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional, representando um alto risco para países com sistemas de saúde vulneráveis (SOHRABI *et al.*, 2020). A partir disso, a doença se espalhou mundialmente, atingindo patamares elevados de contágio e letalidade (STOJKOSKI *et al.*, 2020).

Inicialmente, os casos mais severos foram observados em pacientes com problemas de saúde pré-existent e idade mais elevada, entretanto, a suscetibilidade de contrair e espalhar o vírus não possui distinção entre indivíduos. Em virtude da alta taxa de contaminação e transmissibilidade houve uma alta demanda nos atendimentos no sistema de saúde, sobretudo pelos surtos de transmissão que acarretaram alta sobrecarga nos hospitais, atendimentos de unidade de tratamento intensivo – UTI para casos mais severos, a necessidade de respiradores para manter a oxigenação, maior demanda e atenção dos profissionais, resultando na sobrecarga de trabalho e a exaustão dos mesmos (WEIBLE *et al.*, 2020).

De acordo com a Johns Hopkins University (2022), que acompanha os dados da Pandemia a nível mundial, o Brasil chegou em meados de setembro do ano 2022 na quarta posição em número de casos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, Índia e França. Entretanto, quando se fala em número de vítimas fatais, a situação é ainda mais preocupante, visto que o país registrou cerca de 685.424 mil óbitos acumulados e faz jus à segunda posição no *ranking* mundial, enquanto Estados Unidos tem a maior mortalidade observada no mundo, cerca de 1.054.2 milhão.

O evento pandêmico tem levado governantes e gestores públicos a repensarem suas ações, bem como, definir estratégias que possam trazer melhores resultados no enfrentamento desta crise. Algumas medidas para a interrupção da contaminação, conforme propõem Sohrabi *et al.* (2020), se referem ao isolamento social e rastreamento de contatos dos contaminados,

porém, o objetivo fundamental é o de minimizar o impacto econômico do vírus. Este é sem sombra de dúvidas um grande desafio a todos os gestores a nível mundial, pois essa é uma crise que não tem precedentes na história que possam equiparar-se considerando seus impactos (WEIBLE *et al.*, 2020). Além disso, Mattei e Heinen (2020) alertam que seus efeitos serão sentidos por um longo período de tempo.

Os impactos das medidas adotadas mundialmente, algumas descoordenadas, ou a restrições de circulação entre nações, tem resultados que vão desde a ruptura na cadeia de abastecimento, queda no mercado de capitais e ações até as interferências diretas na economia para mitigar o efeito devastador da Pandemia (NICOLA *et al.*, 2020). Neste aspecto, foi observado a importância do Estado na construção de estratégias planejadas, sólidas, assertivas e, acima de tudo, imediatistas. A partir disso, Mattei e Heinen (2020) ressaltam, ainda, que para o Brasil, o efeito da crise é ainda maior, visto que o mesmo ainda sofre consequências da recessão econômica vivida entre 2015 a 2017.

Em meio ao cenário econômico deficitário, os gastos públicos foram acentuados. O planejamento dos gastos públicos é pensado e estabelecido com base nas possibilidades de receitas, entretanto, por vezes situações que não estavam programadas e fogem totalmente ao controle de qualquer gestor acabam por gerar o desequilíbrio no controle financeiro (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020). O mundo viveu a maior crise financeira de sua história, e de um modo fatídico, o planeta ficou parado durante o ápice da Pandemia (LAVAL, 2020). Neste contexto, diminuiu-se a capacidade de gerar receitas, mas, em contrapartida, as despesas foram impulsionadas pelas demandas sociais, gerando assim, desequilíbrio entre a capacidade de gerar e alocar recursos financeiros.

Neste aspecto, a governança pública tem papel relevante, exigindo-se que esta seja desempenhada pelos *stakeholders* da administração pública. Os atores sociais, sejam eles públicos ou privados, envolvidos no processo decisório de caráter coletivo ou comum, cooperam por meio de uma rede mista para elaborar políticas públicas que possam trazer benefícios acerca dos problemas sociais existentes (BUTA; TEIXEIRA; 2020). Mundialmente foram adotadas estratégias diversas de governar a crise, o que conseqüentemente resultou em respostas diferentes, inclusive alguns países a viram como uma oportunidade para promover mudanças institucionais e procedimentais na gestão pública (KUHLMANN *et al.*, 2021).

Em virtude da complexidade dos problemas, esta rede de soluções deve abranger todas as áreas no processo decisório, pois conforme Stojkoski *et al.* (2020) e Van der Voet (2022), a crise de saúde pública não se restringiu somente a área da saúde, mas, afetou os diversos setores do país. Trouxe grandes impactos para a sociedade que sofre os reflexos negativos da Pandemia,

acentuando os problemas sociais e levando a população a recorrer ao apoio financeiro do Estado. Atender as demandas sociais por serviços públicos e condições de dignidade da vida humana é papel do Estado (MAHAGAMAGE; MARASINGHE, 2023), devendo este dispor de recursos que propiciem o atendimento dessas necessidades coletivas (MATIAS-PEREIRA, 2018). Para estes grupos carentes de ações governamentais, Nicola *et al.* (2020) intervém serem necessárias medidas imediatas, como forma de evitar que sucumbam frente aos caos instaurado decorrente da Pandemia.

Desta forma, a gestão pública por meio das ações do Estado deve governar condições comunitárias e sociais, estruturadas organizadamente e harmoniosa, tendo como objetivo alcançar propósitos pré-determinados de interesse da comunidade civil (DIAS, 2017). Evidencia-se a primordialidade em atuar com políticas públicas que sejam eficientes e eficazes para melhor utilizar os já escassos recursos públicos. Sobretudo no Brasil, onde se exige uso eficiente dos recursos limitados, considerando que não haver equivalência entre serviços públicos e o que é gasto para financiá-los (COUTINHO, 2018).

Assim, mesmo em meio a um cenário de desordem das contas públicas, a atuação governamental é fundamental, e no Brasil foi essencial intervir com a implantação de políticas públicas de emprego e renda. Em meio a restrição de circulação e distanciamento social da população (STOJKOSKI *et al.*, 2020), houve redução na comercialização de produtos, maior controle de produção na indústria e mudanças no cenário de empregos formais e informais (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2020; KRAMER; KRAMER, 2020).

Conforme relatam Mattei e Heinen (2020), a inconstância no mercado de trabalho trouxe grandes consequências e um número elevado de demissões, justificando os argumentos de Kramer e Kramer (2020) quando discorrem que o impacto no mercado de trabalho é sentido mundialmente. A vista disso, no Brasil foram implementadas políticas públicas que auxiliaram na manutenção de emprego e renda, procurando mitigar os impactos para a população mais vulnerável (ALVARES, 2020).

De maneira geral, o papel dos governantes torna-se ainda mais difícil e a tarefa de gerir as finanças em meio a esta demanda tão acentuada por recursos, é vista por Scudeler, Amaral e Oliveira (2020) como de arranjo imediato, ditando necessidades de regulações estratégicas. Como uma via de mão dupla, finanças e sociedade seguem objetivos diferentes, mas no final a decisão deve ser baseada na coletividade, e momentaneamente o equilíbrio das contas públicas fica postergado a período de maior normalidade. As decisões então voltam-se ao intuito de mitigar impactos sociais e também econômicos (PECI; AVELLANEDA; SUZUKI, 2021).

Assim, o papel dos governos em meio à crise instaurada é de fundamental importância, exigindo segundo Nicola *et al.* (2020) lideranças que possuam conhecimento para lidar com saúde, negócios, questões governamentais e sociais, planejando suas ações a médio prazo e programar o reequilíbrio econômico, bem como, um amplo desenvolvimento socioeconômico. É prudente, que sejam realizadas avaliações constantes da situação, principalmente devido às “ondas de casos de Covid-19” vivenciadas no mundo. E excepcionalmente no Brasil, onde o problema ficou acentuado pela vacinação tardia (quando comparada a outros países), que exigiu maior esforço para diminuir os impactos socioeconômicos.

A inovação deste estudo volta-se ao modelo econométrico com às variáveis nele contempladas, visto que não foram encontrados estudos que analisam a correlação entre as variáveis sociais e econômicas analisadas no recorte temporal de 03/2020 a 06/2022. Conforme Van der Voet (2022), a Pandemia é uma crise de saúde, social e humanitária, de consequências financeiras e fiscais, levando a necessidade de analisá-la de maneira que envolva estes aspectos. Logo, para tirar conclusões sobre os impactos da Pandemia devem ser consideradas as estratégias utilizadas e os arranjos de governança admitidos na saúde, sociedade e economia, assim como Kuhlmann *et al.* (2021) acrescentam ainda a necessidade de realizar uma análise sistemática que contemple as condições sócio demográficas, as particularidades regionais e os cenários econômicos.

Deste modo, apoiado nas sugestões e evidências da literatura, as variáveis deste estudo contemplam duas linhas: (i) social; que engloba as condições do sistema de saúde, a magnitude da doença, políticas públicas adotadas e (ii) econômico-financeiro; que abrange indicadores de emprego e renda e gastos públicos com a Pandemia.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante de situações adversas que podem acontecer, e que muitas vezes fogem ao controle dos governantes, como a atual crise de saúde pública causada pela Covid-19, União, estados e diversos municípios declararam situação de calamidade pública. Por meio do Decreto legislativo nº 6, tem-se a flexibilização de leis regulatórias do controle de gastos das finanças públicas, como forma de disponibilizar maior quantidade de recursos para o enfrentamento da crise no país (BRASIL, 2020a).

Desta forma, amparada por decisões federais, vem a permissão para aumento do gasto público, possibilitando ultrapassar os limites estabelecidos anteriormente no planejamento orçamentário, com excepcionalidade para uso no enfrentamento da Pandemia, enquanto

perdurar a situação de emergência (SCUDELER; AMARAL; OLIVEIRA, 2020). Com mais recursos disponíveis, o Estado tem a possibilidade de atuar e desenvolver políticas públicas que possam contemplar toda sociedade, afetada direta ou indiretamente, amenizando os fatores sociais.

Entretanto, embora sejam disponibilizados recursos financeiros, a questão da crise desencadeia uma série de problemas, conflitos e carências que já eram notórias na sociedade brasileira. A partir do sucateamento do sistema de saúde pública emergiram seus problemas e falhas e, concomitantemente, a superutilização do sistema em virtude da necessidade de uso pelos infectados pelo vírus.

Além disso, deve-se considerar o longo espaço de tempo, que essa utilização “afogada” exige do sistema, a recorrência de casos, a falta de previsão de encerramento, dado que o vírus sofre mutações que resultam em novas variantes. Em concordância, Nicola *et al.* (2020) reiteram que a Pandemia da Covid-19, trouxe a nível mundial um enorme desafio, sem precedentes, ao sistema de saúde.

Assim, associada a essas questões emergiu ainda o desemprego (BLUSTEIN *et al.*, 2020) culminando em uma crise econômica que não se tem ainda dimensão de sua proporção. Perante a instabilidade do mercado, a crise sanitária e a crise econômica, sabe-se que os efeitos da atual crise serão sentidos pela sociedade brasileira por um longo período (MATTEI; HEINEN, 2020). Os efeitos não são isolados, uma vez que foram afetadas comunidades, empresas e organizações a nível global (NICOLA *et al.*, 2020) nos diversos setores do país, o que leva à reflexão da necessidade de mensuração dos mesmos para assim visualizar a crise na totalidade.

Neste sentido, as mudanças nas diferentes áreas são uma consequência do modelo de governança exercido para gerir a crise, que vem influenciar os resultados e impactos causados (KUHLMANN *et al.*, 2021). Os resultados dessa gestão servem como uma oportunidade para gestores e líderes públicos analisarem sua gestão e identificarem possibilidades mais eficientes e efetivas (MARTÍNEZ-CORDOBA; BENITO; GARCÍA-SÁNCHEZ, 2021). Entender como o Brasil se posicionou frente a estes desafios e como estas decisões contribuíram para atender, ou não, os interesses dos diversos *stakeholders* até chegar aos resultados atuais ajuda a visualizar os impactos desta crise e as consequências do modelo de governança adotado.

Assim, não se tem conhecimento do real impacto da Pandemia a nível socioeconômico no país, nem tampouco a nível das regiões ou estados, considerando a perspectiva da gestão pública dessa crise, bem como as influências que o modelo de governança exerceu sobre o cenário vivenciado durante o período da Pandemia. A vista disso, o estudo visa dar resposta ao

problema de pesquisa definido na seguinte perspectiva: Qual o impacto socioeconômico causado pela Pandemia da Covid-19 no Brasil com base no modelo de governança exercido?

1.2 OBJETIVOS

Neste tópico estão expostos os objetivos do presente estudo, partindo do objetivo geral e a seguir explicitando os objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Para responder à problemática da pesquisa, o objetivo geral deste estudo é analisar o impacto socioeconômico causado pela Pandemia da Covid-19 no Brasil diante do modelo de governança adotado pelo país.

1.2.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral faz-se necessário o entendimento dos objetivos específicos de acordo com os seguintes tópicos:

- Identificar as despesas da União com a política pública do auxílio emergencial implementada para amenizar impactos socioeconômicos no período de Estado de Calamidade Pública;
- Demonstrar os indicadores de emprego e renda da população no período pandêmico;
- Mensurar impactos da magnitude da doença, taxa de mortalidade e os efeitos da vacinação;
- Avaliar o modelo de governança adotado pelo Brasil;

1.3 JUSTIFICATIVA

Durante a Pandemia a população acompanha com maior assiduidade as ações dos governantes e seu desempenho na gestão pública. Deste modo, algumas leis facilitaram para

que a governança e *accountability*¹ ocorram de forma satisfatória. A transparência das informações públicas e o acesso à informação facilitam que a *accountability* aconteça e são fundamentais também para acampamento dos dados referentes a Pandemia (RAUPP; PINHO, 2020). Porém, Santos e Mota (2020), interpõem que ainda pouco se conhece sobre a transparência brasileira em cenários de crise e incertezas, como este da Pandemia.

Embora estas ferramentas auxiliem neste processo de governança, ainda existem muitas dificuldades encontradas até obter informações claras e que possibilitem visualizar a realidade. No Brasil, em meio à recorrência de escândalos de corrupção, questiona-se onde estavam os organismos de controle no mesmo momento que aconteciam desvios nas instituições públicas (COUTINHO, 2018).

Neste contexto, oportunizados pela atual situação de calamidade e com a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), onde os limites dos gastos públicos podem variar, cabe analisar tanto os gastos realizados quanto aos impactos das variáveis. Em meio às adequações e imprevistos do período, se faz necessário o acompanhamento das ações da gestão pública, bem como identificar os reflexos deixados pelas decisões tomadas. Neste sentido é fundamental que se avalie a boa governança, mas também os “problemas de governança”, termo utilizado por Buta e Teixeira (2020) para abrandar as ilicitudes no desempenho das atividades.

O que impulsionou a escolha do tema e a realização deste estudo advém dos conceitos de governança pública e de incentivo a partição social, porque possibilita que a sociedade possa conhecer de fato como a governança exercida impactou no cenário social e econômico do país, visto que muitas pesquisas analisam impactos isoladamente. Khalatbari-Soltani *et al.* (2020) falam da importância de estudos que analisem o impacto da Pandemia, que demonstrem dados confiáveis, sem negligenciar as condições socioeconômicas desfavorecidas que vivem os indivíduos. Nesta perspectiva esta pesquisa é muito mais ampla, pois não analisa variáveis isoladas, mas sim, de forma conjunta. Além de trabalhar com dados reais e de fontes confiáveis analisa também variáveis em contexto microeconômico, na realidade de cada estado brasileiro com auxílio da econometria.

Ainda que na administração pública pouco se tem de resultados de desempenhos ou avaliações, a função do estudo, então, é trazer a todos os *stakeholders* da gestão pública resultados de desempenho acerca das decisões quanto à problemática da Pandemia. Além disso,

¹ Nota: Acoountability está relacionado ao cumprimento da obrigação de prestar contas por parte do ente público a uma outra parte, que tem dever de participar e fiscalizar, ou seja a mútua fiscalização entre os poderes e sociedade. (ROCHA, 2011).

embora a população tenha conhecimento da dimensão da crise de saúde pública, não há divulgação dos órgãos públicos que reflitam questões socioeconômicas de forma abrangente.

Desta forma, este estudo se justifica pela necessidade de analisar o impacto socioeconômico no país em decorrência da Pandemia da Covid-19, demonstrando à sociedade, bem como a gestão pública, um estudo mais criterioso das variáveis observadas durante o período, dos resultados das ações tomadas, e sendo um elo entre a informação e todos os *stakeholders* da gestão pública em meio a este período turbulento que o país e o mundo viveram. Conforme Buta e Teixeira (2020), o envolvimento dos diversos grupos de interesse, e também de realidades sociais diversas, na busca de soluções aos problemas sociais é uma das alternativas capazes de produzir mudanças, colaborando no planejamento e implementação de políticas públicas.

A função do estudo é ser um balizador do desempenho da administração pública, visando demonstrar como as decisões tomadas influenciaram o país chegar ao cenário atual. A governança é democrática e estabelece meios para a participação social, o que de acordo com Buta e Teixeira (2020) deve ser exercido pela sociedade, seja no engajamento ao planejamento quanto na avaliação das ações e das políticas públicas executadas.

O estudo direciona-se de forma geral a todos os *stakeholders* da gestão pública, inicialmente pelos tomadores de decisão envolvidos na governança pública, cujas avaliações são cabíveis no sentido de medir o desempenho das estratégias que nortearam suas decisões. Além disso, como consequência destes, direciona-se a toda a sociedade, visto que as decisões tomadas refletem e impactam diretamente no âmago social.

Países desenvolvidos como Noruega, Alemanha, e demais países da Europa possuem a cultura populacional de participar mais ativamente das decisões de interesse social (RHODES, 2000). Entretanto, no Brasil a participação social ainda não é um hábito. Fomentar e promover o engajamento da população, seja por meio de acesso à informação, *accountability*, governança, e participação democrática são contribuições necessárias para instituir novas perspectivas da gestão pública e assim com a contribuição social elevar os níveis do país.

A base de sustentação do estudo está justamente na abordagem da literatura relacionada à governança, a qual valida as ideias propostas, incorporando a necessidade de medir o desempenho das decisões públicas. Kuhlmann *et al.* (2021) dialogam que esta avaliação de indicadores não deve se restringir a variáveis isoladas, mas sim, abranger os aspectos econômicos, sociais e também políticos. Corroborando, khalatbari-Soltani *et al.* (2020) justificam haver uma lacuna quanto aos estudos com dados sociais e socioeconômicos para ajudar a entender os impactos desta crise.

O estudo é relevante para a sociedade, gestores públicos e tomadores de decisão, auxiliando na compreensão e entendimento da realidade e seus impactos no país. Possibilita ainda, um panorama nacional e regional da extensão da crise. O estudo possui ineditismo quanto ao seu modelo teórico, em relação as variáveis, recorte temporal e método para análise do contexto socioeconômico brasileiro.

Estruturalmente este estudo apresenta seis seções. Após este tópico introdutivo, a próxima seção faz um resgate do acervo literário abrangendo os temas que são pertinentes à formação da base literária do estudo. Na mesma perspectiva, foi desenvolvido o terceiro tópico, fazendo um estudo mais aprofundado sobre o tema da governança pública. Posteriormente, é apresentado o desenho metodológico de desenvolvimento do estudo. Após, a análise e discussão dos resultados, elucidando ao final o enlace dos dados obtidos com as implicações ao país em virtude do modelo de governança adotado. E por fim, as considerações finais, com as limitações encontradas, bem como, as sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este item destina-se a apresentar a concepção da literatura baseada em três divisões. O primeiro refere-se a governança pública e os aspectos envolvidos no processo de gestão e controle da administração pública. Posteriormente, direciona-se ao tema das finanças públicas, tendo o Estado como o principal gerenciador da captação e alocação de recursos, por meio das despesas e receitas públicas. E por fim, as concepções da literatura frente ao cenário de Pandemia na realidade brasileira e nos demais países, observando o papel da administração pública como agente atuante e transformador.

2.1 GOVERNANÇA PÚBLICA

A história mundial da administração pública passou por remodelações, muitas delas incentivadas pelo Consenso de Washington na década de 1980, mas no Brasil a modernização aconteceu a partir da década de 1990. As reformas trouxeram princípios de governança, participação, controle social, *accountability* e princípios políticos, visando reconfigurar as estruturas públicas que ainda eram pautadas no modelo burocrático e substituir pelo modelo gerencial (BEVIR; RHODES; WELLER, 2003; MATIAS- PEREIRA, 2008).

Entre os padrões discursivos sobre governança pública está o discurso gerencial, o qual é fundamentado no *New Public Management* – NPM, inspirado no gerencialismo britânico (SKELCHER *et al.*, 2005). A NPM, ou nova gestão pública, “[...] está totalmente ligada à melhoria do desempenho — fazer os governos mais conscientes em relação a custos, eficientes, eficazes, compreensivos, voltados à satisfação do cliente, flexíveis e transparentes” (MATIAS-PEREIRA, 2008, p.80). O modelo volta-se para a gestão, controle e avaliação dos resultados desempenhados e a eficiências das ações implementadas, incorporando mecanismos do setor privado (BEVIR; RHODES; WELLER, 2003).

O termo governança apresenta muitas ambiguidades e significados que podem abranger múltiplos aspectos (BUTA; TEIXEIRA; 2020). Rhodes (2000) apresenta sete usos diferentes de governança: como o estado mínimo, como governança corporativa, como a nova gestão pública, boa governança, interdependência internacional, como um sistema sócio-cibernética e como redes.

O termo governança para britânicos pode ter um significado, da mesma forma que para os franceses pode ser outro, a depender das tradições e evoluções governamentais, pois cada Estado constrói narrativas e práticas de acordo com a estrutura de governança que possui

(BEVIR; RHODES; WELLER, 2003). Derivado de origem grega o termo *kybernan* é o que conhecemos por governança, o qual está relacionado amplamente na literatura como o modo de dirigir ou governar, no intuito de alcançar os objetivos da coletividade (BELL; HINDOMOR; MOLS, 2010).

O conceito de governança deriva da teoria da agência, cujos estudos relacionam a divisão das funções de propriedade, separando as funções e decisões de gerenciamento e controle organizacional, criando e dividindo resultados, como forma de obter maior eficiência com a gestão (BUTA; TEIXEIRA; 2020).

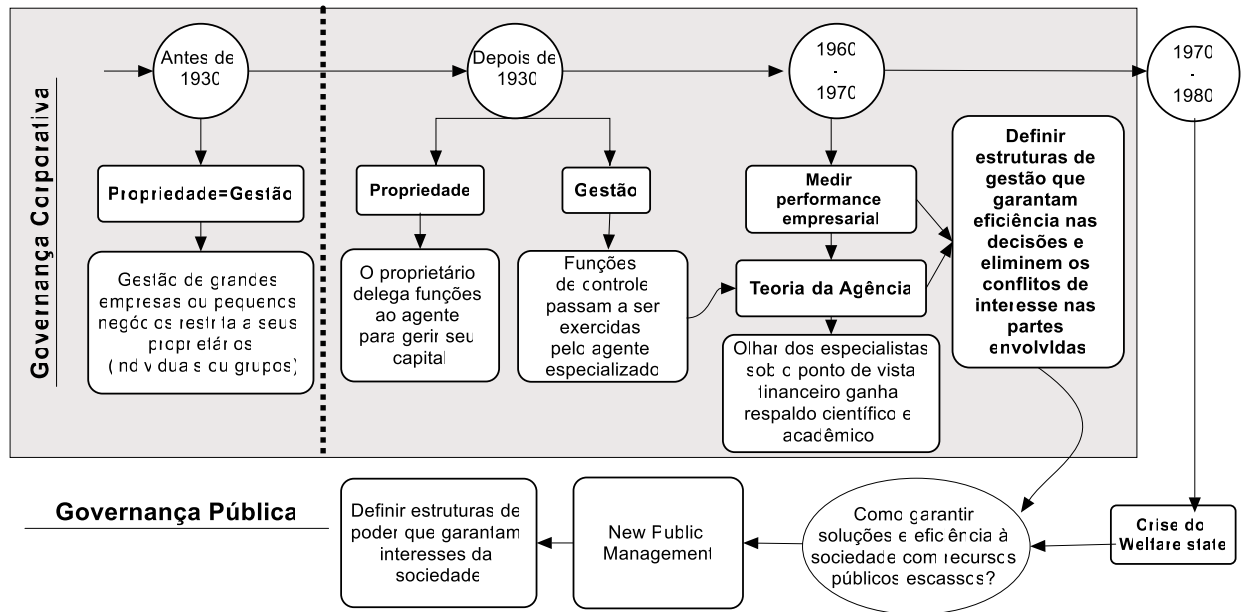
A partir da teoria da agência, a gestão passa a ser desenvolvida por especialistas, mas exige que se implantem também mecanismos de controle e *accountability* para que atenda todos os *stakeholders* e maximize lucros aos proprietários (BRONSTEIN, 2020). Esta teoria, de acordo com Hedlund *et al.*, (2021), auxilia no gerenciamento e resolução de conflitos que possam existir dentro de uma organização a partir da descentralização do processo decisório.

Ao resolver os problemas que advinham da teoria da agência a governança corporativa passa ser vista como um modelo aceitável e viável para as organizações, evitando prejuízos por parte de gestores (HEDLUND *et al.*, 2021). Diante desta aceitação, posteriormente o modelo passou a ser adaptado e aplicável também para o setor público visando aumentar a eficiência e otimização da gestão (BRONSTEIN, 2020; TEIXEIRA; GOMES, 2019).

Incorporar na estrutura de governança pública práticas do setor privado pode contribuir com a eficiência, já que ajudam a definir objetivos, flexibilizar a gestão e melhora na gestão de recursos humanos (CRUZ; MARQUES, 2012). Além disso, a Nova Gestão Pública, traz a participação pública e responsabilidade como recurso, pois à medida que a sociedade participa traz aos tomadores de decisão a ciência dos problemas locais para formular políticas públicas (SKELCHER *et al.*, 2005). A NPM e a governança são relevantes uma para outra, pois levam a mesma ideia central, análise de gestão (RHODES, 2000).

A Figura 1 apresenta uma visão da gestão antes e após os pressupostos de governança serem inseridos no contexto das organizações até chegar à administração pública.

Figura 1 - Modelo teórico de governança



Fonte: Elaborado pela autora e adaptado de Rhodes (2000); Skelcher *et al.* (2005); Matias-Pereira (2008); Teixeira e Gomes (2019); Bronstein (2020).

As estruturas de governança moldam as decisões de cada país, evidentemente não é o único fato norteador, mas serve de caminho para influenciar os atores envolvidos no processo decisório na busca de soluções aos desafios (KUHLMANN *et al.*, 2021). Tais estruturas podem variar e cada uma traz prós e contras a gestão pública, como parcerias público privadas/mistas e cabe avaliar quando são uma solução ótima para o interesse público, obedecendo à lógica de equilíbrio entre eficiência de custos e as preocupações sociais (CRUZ; MARQUES, 2012).

Entretanto, Skelcher, Mathur e Smith (2005) veem isso como um problema na governança democrática, pois são corpos híbridos que derivam de estruturas diferentes e acabam incorporando novos elementos às organizações derivadas dessas parcerias. Porém, ao final dos estudos os autores têm uma nova visão a respeito e externalizam maior aceitação ao entender que o *design* do processo incorpora os principais elementos de governança e que as parcerias se adequam ao enfrentar os mecanismos de controle.

As regras institucionais, a gestão de tarefas e de competências, os resultados na estrutura de governo são influenciados pelo grau de centralização ou descentralização, com maior ou menor autonomia (KUHLMANN *et al.*, 2021).

Para que o funcionamento da governança pública aconteça são necessários alguns elementos circunstanciais, como: a dispersão e desfragmentação do poder na sociedade,

eleições democráticas de escolha dos representantes e a disponibilidade de competências dos mesmos, bem como, recursos que possibilitem a execução das decisões (BUTA; TEIXEIRA; 2020). Corroborando Kuhlmann *et al.* (2021) observam que a capacidade das organizações especializadas e a experiência profissional dos especialistas foram destaques no enfrentamento de crises, auxiliando a política e apoio técnico nas decisões específicas.

A incerteza sobre o futuro e a eficácia das medidas a serem tomadas aumentam o atrito entre políticos e especialistas no processo decisório, pois estes últimos tendem a mudar de opinião quando adquirem maior propriedade das incertezas iniciais. Neste âmbito, Kuhlmann *et al.* (2021), destacam a importância de inserir maior amplitude de áreas de conhecimento científico para garantir decisões políticas eficazes.

O rótulo de boa governança vem sendo utilizado como sinônimo de atender a parâmetros de comportamento, os quais são atribuídos por instrumentos de avaliação do desempenho dos governos (BUTA; TEIXEIRA; 2020). Além disso, a transparência é um fator elementar, o que para Santos e Mota (2020) é visto como um atributo capaz de medir a responsabilidade de um governo e contribuir para melhorar a percepção da gestão pública.

Ao considerar os modelos de governança deve-se levar em conta os processos de *benchmarking* na busca por melhores práticas e resultados, pois as metas sociais são difíceis de serem determinadas, da mesma forma que a produção social é difícil de ser medida (CRUZ; MARQUES, 2012). Embora possua ainda amadorismo quanto a aplicação das novas ideias propostas pelo NPM a sua relevância é notável, sobretudo em países que deram maior atenção aos seus propósitos, como países da Europa que evoluíram estrutural e culturalmente (MATIAS-PEREIRA, 2008).

Isto posto, o estudo apresenta, na próxima seção, o viés legal e financeiro que permeia e limita os investimentos para redução dos impactos da Pandemia na sociedade brasileira.

2.1.1 Lei de Responsabilidade Fiscal

O equilíbrio das contas públicas vem sendo debatido há um longo período em decorrência de períodos com recorrentes déficits no fechamento das contas. O ajuste fiscal se tornou uma necessidade, e a transparência uma exigência da sociedade, resultando na criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101, de 4 de maio de 2000), popularmente chamada de LRF (DIAS, 2017).

A LRF foi criada com intuito de trazer maior responsabilidade na gestão financeira das contas públicas, estabelecendo normas para as finanças públicas, limitando os gastos com

funcionalismo e exigindo maior exatidão na execução orçamentária (DIAS, 2017). Um dos elementos que merecem atenção especial e onde há o maior percentual de gastos, de acordo com Coutinho (2018), é com despesas de pessoal, visto que é onde residem as maiores tentativas de dribles à lei.

Entre os elementos da transparência, no contexto da LRF, destacam-se: os “[...] planos, os orçamentos e as leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal e as versões simplificadas desses documentos [...]” (DIAS, 2017, p. 186). Neste contexto, as contas públicas referem-se a todos os relatórios e demonstrativos gerados, apresentados de modo público, ou não, referentes ao presente, ao passado e ao futuro (PLATT NETO *et al.*, 2007).

Com base na publicidade de informações, dois mecanismos que vieram a contribuir com a transparência no Brasil referem-se à lei da transparência e a lei de acesso à informação. A lei da transparência (Lei complementar 131, de 27 de maio de 2009) assegura o direito e incentiva a participação da sociedade na elaboração do orçamento, conhecimento e acompanhamento das informações relacionadas à execução do orçamento em um sistema integrado que facilita o entendimento e acesso ao controle. A Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011) aponta diretrizes como a publicidade das informações públicas, independente de solicitações, viabilizadas pela tecnologia da informação, desenvolvendo assim a cultura da transparência na administração pública e incentivando o controle social (DIAS, 2017).

Estas duas leis se complementam uma vez que dependem uma da outra e são essenciais para que a Lei de Responsabilidade Fiscal também seja colocada em prática considerando a prestação de contas dos gastos públicos. Voltando-se assim para a literatura financeira, a próxima seção apresenta o entendimento do que é finanças públicas em relação ao papel do Estado.

2.2 FINANÇAS PÚBLICAS

O conceito de finanças públicas é visto por Matias-Pereira (2018) como a atividade financeira do Estado direcionado de forma ampla a toda sociedade, com objetivo de atender as necessidades de interesse coletivas. Refere-se à formulação de teorias e modelos técnicos que fazem a gestão do dinheiro público, direcionando recursos às demandas sociais que estão cada vez mais exigentes (MARQUES, 2015). Em relação ao termo finanças públicas, designa o setor

responsável pelo controle do dinheiro e do crédito do país, movimentado pelo governo federal e órgãos subordinados (MATIAS-PEREIRA, 2018).

A capacidade de geração de receitas para os cofres públicos provém basicamente da tributação, como afirmam Rosen e Gayer (2015, p. 12) “[...] os impostos são geralmente vistos como a única fonte de receitas do governo [...]”. Somente a fonte tributária e uma boa administração são capazes de possibilitar a autossustentação de um governo. Assim, com os recursos dos tributos o poder público atua exercendo as funções primordiais do Estado, ou seja, a função alocativa, distributiva, estabilizadora e reguladora de acordo com as indicações da política fiscal e monetária (MARQUES, 2015).

O Estado atua como regulador das atividades econômicas, tem poder de interferir sempre que necessário e de criar condições que estimulem as atividades econômicas alocando recursos onde considera relevante, ou em setores que possibilitem surtir o efeito desejado com tais ações (MATIAS-PEREIRA, 2017). O impacto do governo sobre a economia apresenta uma magnitude difícil de ser mensurada (ROSEN; GAYER, 2015). De acordo com Matias- Pereira (2017), a finalidade e o seu dever moral se cumprem ao exercer o seu dever de proporcionar o bem comum.

No mundo contemporâneo, as constantes transformações e incertezas no ambiente desafiam a gestão pública, levando os gestores públicos a direcionar maior atenção e maior esforço em suas ações para conseguir “[...] viabilizar a inclusão, geração de oportunidades, redução da desigualdade, manutenção do crescimento econômico sustentável e a melhoria das condições socioambientais [...]” (MATIAS-PEREIRA, 2020, p. 29). Em vista disso, Nascimento (2014) corrobora que a atuação dos governantes de forma estratégica, dispondo de visão de futuro e amplitude ao analisar as variáveis do ambiente podem ser fatores determinantes para o alcance dos objetivos e metas traçadas, e também, de uma boa utilização dos recursos públicos.

As estratégias da gestão financeira são efetivadas por meio da política fiscal, considerando a expansão ou retração dos gastos públicos, bem como o controle dos tributos e suas alterações (MARQUES, 2015). Considerando os gastos públicos, ou despesas públicas, o próximo subitem traz especificações quanto a seu entendimento.

2.2.1 Despesas Públicas

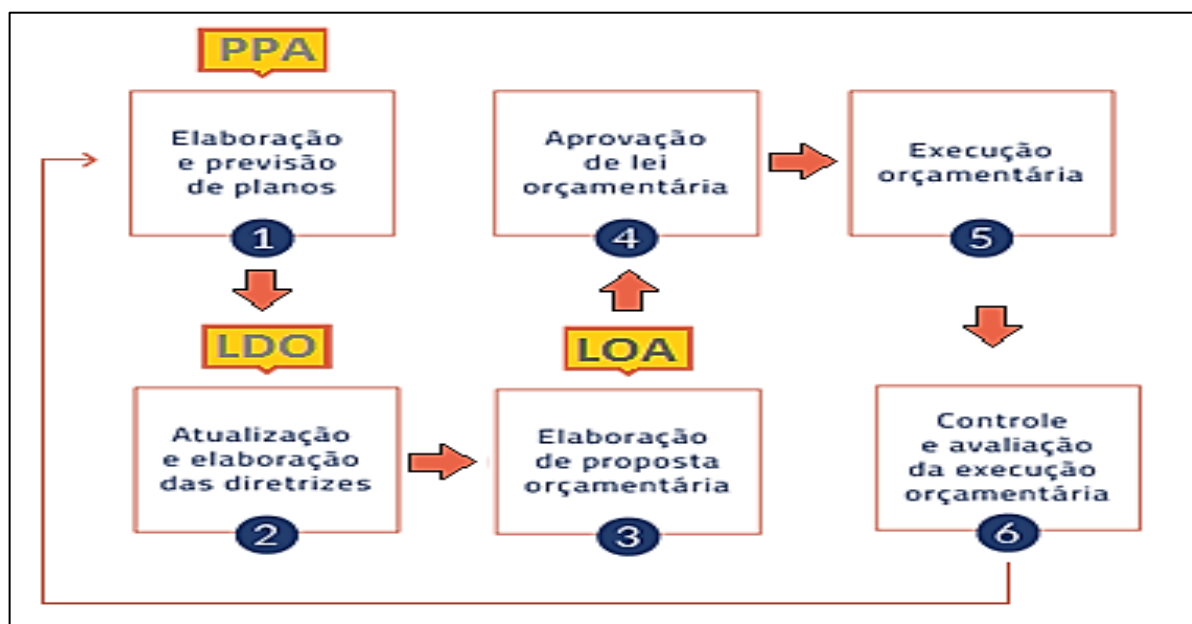
O funcionamento dos serviços públicos essenciais demandados pela coletividade é de responsabilidade do Estado e necessitam de recursos financeiros para sua realização

(PEREIRA, 2018). O gasto público engloba desde a construção de infraestrutura de hospitais e escolas, gastos com o funcionamento das atividades administrativas e gastos com o funcionalismo público (MARQUES, 2015).

As despesas públicas compreendem uma vastidão de elementos, divididos em categorias, formando assim, o escopo de despesas de um governo, as quais são financiadas por meio da cobrança tributária. Para a sociedade o retorno dos impostos pagos vem por meio da prestação de serviços públicos e aplicação em políticas públicas que possam melhorar as condições de vida da população (ROSEN; GAYER; MARQUES, 2015).

Na ótica de Nascimento (2014), a despesa pública pode ser vista como o gasto dos recursos públicos nos orçamentos, posterior a sua autorização. Quanto a isso, o mesmo autor declara haver estágios para sua efetiva execução, os quais compreendem: previsão orçamentária (executivo), fixação da despesa (legislativo), processo licitatório, empenho, liquidação, e por fim o efetivo pagamento. Assim, exige-se a previsão orçamentária de despesas para poder ocorrer a efetivação da mesma. Os instrumentos de previsão de metas e planejamento orçamentário são: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), exposto na Figura 2.

Figura 2 - Fases compreendidas no processo do ciclo orçamentário



Fonte: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP, 2018).

Conforme ciclo da Figura 2, o Plano Plurianual (PPA) é válido por quatro anos e traça as metas a curto, médio e longo prazo; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), possui duração de um ano e estabelece metas para o exercício, e, faz a ligação entre PPA e a Lei Orçamentária Anual (LOA); que faz o detalhamento das despesas e dos recursos do exercício (ENAP, 2018). Nesta perspectiva, Coutinho (2018) expõe que o ponto de partida é o poder executivo e, posteriormente, os projetos são encaminhados ao poder legislativo para aprovação. A Figura 2 apresenta as atividades envolvidas na realização do planejamento do ciclo orçamentário.

Há todo um planejamento para execução do gasto público, assim como controle e avaliações posteriores. Para Coutinho (2018), o fato de não planejar um gasto resulta em gastos sem qualidade. Após a aprovação da LRF - Lei Complementar nº 101/2000, suas premissas passaram a ser as orientações para as finanças públicas, mais especificamente quanto à LDO, que especifica prazos para realização e execução do orçamento (ENAP, 2018).

Na busca pelo equilíbrio fiscal, exige-se da administração pública decisões difíceis, vindo a Pandemia a trazer o efeito tesoura, que contempla a diminuição de receitas e aumento das despesas (VAN DER VOET, 2022). Assim, como forma de regular os gastos públicos e estabelecer maior responsabilidade aos governantes na gestão dos recursos públicos, a LRF vem a corroborar no processo de planejamento e execução orçamentária, inclusive em casos extraordinários, pois contempla mecanismos que possibilitam o aumento de despesas para contemplar o evento da Pandemia após a declaração de calamidade pública.

2.2.2 Estado de Calamidade Pública e Normativas

O estado de calamidade pública, ou também chamado de calamidade financeira, é previsto expressamente na Lei de Responsabilidade Fiscal (COUTINHO, 2018). Os denominados créditos orçamentários suplementares são autorizados na Lei Orçamentária quando as despesas, ou não foram incluídas, ou foram insuficientes. Dessa forma, na classificação de créditos extraordinários, englobam-se despesas urgentes e imprevisíveis, casos de guerra ou calamidade pública, sendo que, os créditos extraordinários são abertos por decreto do Executivo e levados ao imediato conhecimento do legislativo (NASCIMENTO, 2014).

Com base nesta prerrogativa da LRF, o Estado de calamidade pública, foi decretado no dia 20 de março de 2020 (decreto legislativo nº 6/20). Após isso, foi aprovada em 29 de março a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6357, e aprovada posteriormente em medida cautelar. Esta compreende o pedido de afastamento das exigências da LRF e da Lei de Diretrizes

Orçamentárias de comprovação de gastos para a criação de programas públicos destinados ao enfrentamento da Covid-19. Desta forma, após decretação do estado de calamidade, se adquire o direito de afastar-se da comprovação, podendo assim adquirir créditos adicionais extraordinários (STF, 2020).

No entanto, esta decisão de afastamento das exigências da demonstração de adequação e compensação orçamentária é somente para criação e expansão de programas públicos que possibilitem maiores condições de enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. (SCUDELER; AMARAL; OLIVEIRA, 2020). Além disso, a vigência dos créditos adicionais extraordinários é somente enquanto durar o período de calamidade, e neste caso a vigência do decreto de calamidade de cada ente federativo estipula a data máxima de 31 de dezembro de 2020, podendo ser revogado conforme variação do cenário pandêmico (NASCIMENTO, 2014; SCUDELER; AMARAL; OLIVEIRA, 2020).

Posteriormente, a medida cautelar foi extinta e aprovada a Emenda Constitucional (EC) 106/2020, também chamada de Orçamento de Guerra, a qual engloba todas as exigências da ADI, e ainda faz menção de forma ampla à União, estados e municípios (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020). A EC institui o regime extraordinário fiscal e financeiro para atender demandas decorrentes da Pandemia e tem previsão de encerramento ao findar o estado de calamidade pública (BRASIL, 2020b). Ademais, também ficou determinado (Medida Provisória nº 938, de 2 de abril de 2020) que a União prestará apoio por meio de recursos financeiros aos Estados, DF e os municípios, sendo estes creditados a títulos dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios (SCUDELER; AMARAL; OLIVEIRA, 2020). Os valores definidos e entregues na forma de auxílio financeiro são regulamentados pela Lei Complementar 173 de 27 de maio de 2020 (BRASIL, 2020c).

Com a excepcionalidade da situação surge a necessidade de adequação das ferramentas para registro e prestação de contas dos recursos utilizados. Com o objetivo de atender a demanda de incluir nos orçamentos os recursos exclusivos ao enfrentamento da Pandemia, o Ministério da Economia (2020), publicou a Nota Técnica nº 12774, direcionando orientações para contabilização desses valores. Onde, “[...] recomenda-se que seja criado programa ou ação orçamentária específica para as despesas relacionadas à Covid-19 [...]” (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

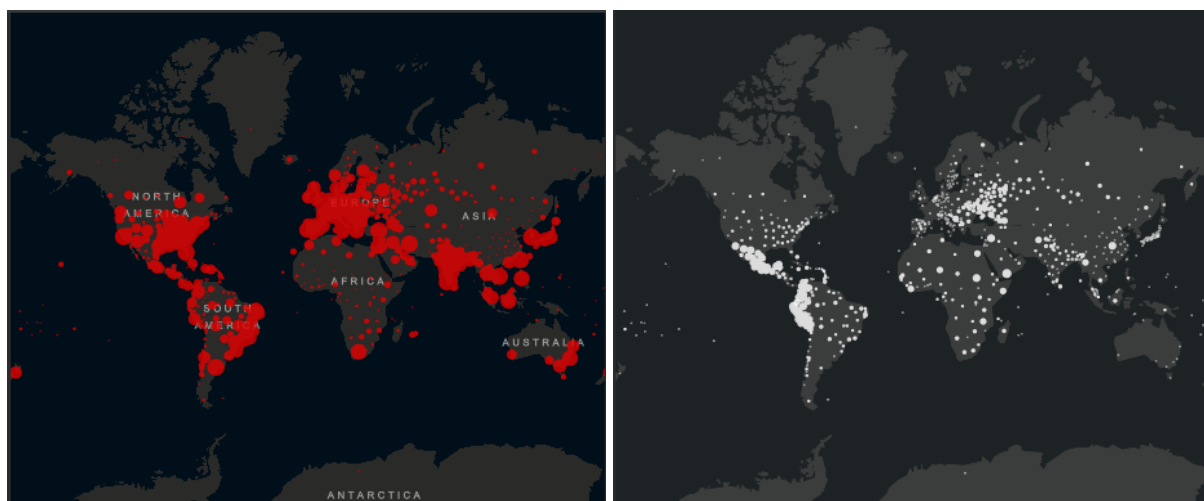
A partir dos apontamentos relacionados mais diretamente aos aspectos legais e financeiros até aqui expostos, a próxima seção volta-se as influências e transformações sociais e econômicas trazidas pela Pandemia no cenário mundial e local do país.

2.3 IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA COVID-19

A crise de múltiplas camadas, assim caracterizada por Van der Voet (2022), trouxe desafios de gestão de crise para a administração pública a nível global, desencadeando uma gama elevada de fatores negativos em relação a níveis de emprego, níveis de bem-estar, educação, saúde e de coesão social. Os efeitos da crise relacionam-se diretamente com as condições iniciais de cada país, os arranjos institucionais, culturais e administrativos, que interferem na sua capacidade de resolver problemas emergentes, levando-os a optar por trajetórias diferentes (KUHLMANN *et al.*, 2021). Da mesma forma que o impacto socioeconômico pode variar em países de acordo com a baixa, média ou alta renda (KHALATBARI-SOLTANI *et al.*, 2020).

As posições econômicas desfavorecidas dos países refletem direta ou diretamente a suscetibilidade de contaminação, pois estas derivam das condições socioeconômicas que os indivíduos vivem, as quais os expõem e aumentam os riscos e agravantes (KHALATBARI-SOLTANI *et al.*, 2020; GONZÁLES *et al.*, 2021). Entretanto, ao observar, por exemplo, países da União Europeia, como Espanha, França, Alemanha, Bélgica, Reino Unido e Irlanda, que assim como a Itália também tiveram um crescimento muito alto de casos, ambos devem ser compreendidos em suas particularidades, ou seja, analisar indicadores de forma conjunta, inserindo número populacional, fatores socioeconômicos e políticas implementadas para entender de fato o impacto no país (NAQVI, 2020). A Figura 3 apresenta uma visão global da incidência da doença e seus impactos considerando a taxa de letalidade nos países.

Figura 3- Mapa global de casos e taxa de letalidade da Covid-19 no período de 22 de janeiro 2020 a 22 outubro de 2022



Fonte: Johns Hopkins University (2022).

Embora haja uma concentração e incidência de casos em determinados países, um dos fatos que pode ter contribuído com os índices de letalidade foi a vacinação (JHU, 2022). Na corrida pela vacina, quem chegou mais cedo, como a Europa e América do Norte, garantiu maiores estoques de produção para ampliar antecipadamente a proteção de sua população, mas também, evidenciou o poder geopolítico e econômico dos países com renda *per capita* média mais elevada (SENHORAS, 2021).

Em relação às classes sociais, houve um impacto direto em ocupações e classes de trabalhadores menos desfavorecidas e que exigiam maior contato humano para exercer suas atividades, como equipe de varejo, limpeza, professores, profissionais de saúde ou tripulantes de navios de cruzeiro, as quais foram mais incidentes na contaminação (KHALATBARI-SOLTANI *et al.*, 2020).

No estudo realizado por Kuhlmann *et al.* (2021), verificou-se como alguns países da Europa estão administrando a crise, sob a hipótese de que a capacidade de resposta às emergências é limitada pelos fatores culturais e institucionais de cada um. França e Alemanha adotaram estratégias de maior restrição ao controle (este segundo com menor intensidade), enquanto a Suécia foi mais liberal nas restrições, partindo de uma governança normal, direcionando a população mais orientações que imposições, pautado nos níveis de confiança na relação estado-sociedade. Mas o que há em comum entre os três países, visto que possuem três modelos administrativos distintos? Fizeram da crise uma oportunidade para remodelar as estruturas das instituições e modernizar a administração pública por meio da digitalização, principalmente na Alemanha que está mais atrasada em relação a transformação digital (KUHLMANN *et al.*, 2021).

Ao analisar indicadores da Pandemia na Europa, Naqvi (2020) avalia que a população da União Europeia é relativamente idosa, cerca de 20-30% do total, com grande percentual de pessoas acima de sessenta e cinco anos. Em sua grande maioria, os infectados são homens (GONZÁLES *et al.*, 2021). Nesta perspectiva, entende-se a maior quantidade de óbitos na fase inicial da Pandemia já que pessoas, idosas ou com comorbidades, possuem maiores riscos quando contraem a doença (NAQVI, 2020).

A Itália foi o país atingido massivamente na fase inicial, e desencadeou uma restrição de contatos, ou distanciamento social, que passou a ser adotada em outros países como medida para conter a disseminação do vírus, até mesmo bloqueios entre países (NAQVI, 2020). Já nos

Estados Unidos, os mais atingidos foram os negros, com obesidade e minorias étnicas. O Canadá enfrentou graves problemas nos lares de idosos, redução da atividade econômica e o aumento das desigualdades sociais motivado pela menor participação e atuação do Estado (GONZÁLES *et al.*, 2021)

Em relação aos fenômenos sociais, os Estado Unidos apresentaram um crescente racismo a imigrantes asiáticos, motivados por discursos de autoridades políticas, que acreditam ser a China o criador do vírus. Isso acentuou a evidente necessidade das autoridades em prover à sociedade informações relevantes e de cunho puramente científico, para evitar a desinformação (GONZALES *et al.* 2021).

Em diversos países do mundo não há serviço de saúde gratuito (KHALATBARI-SOLTANI *et al.*, 2020). Em contrapartida, outros países investiram mais em saúde pública, como na Suécia, onde os efeitos da crise na saúde foram mitigados ao implementar um sistema nacional de atendimento médico, no formato *web* e via telefone, o Vårdguiden. E a Alemanha fez intervenções diretas nos ministérios de trabalho e da saúde (KUHLMANN *et al.*, 2021).

Na Alemanha, o pacote de estímulo econômico englobou o direcionamento de recursos para modernização da administração pública em meios eletrônicos, enquanto que na França ocorreu uma mobilização digital cujo objetivo era dar apoio a pequenas e médias empresas na sustentação dos negócios para uma transição digital (KUHLMANN *et al.*, 2021). O nível educacional da sociedade foi considerado nos estudos de Khalatbari-Soltani *et al.* (2020), afinal a eficácia da compreensão e a análise crítica das informações contribuem para resultados sociais de controle ou expansão da doença, principalmente porque indivíduos com entendimento limitado tendem a aceitar fontes incorretas de informação e suscetíveis a *fake news*.

Em relação à América Latina, concentra nove dos vinte países mais afetados pelo número de mortes, entre eles Brasil e México. Também no Caribe houve queda na atividade econômica e no turismo, o qual impactou em uma redução no Produto Interno Bruto - PIB de 2,5 pontos percentuais, já que o setor é responsável por empregar cerca de 2,4 milhões de pessoas e representa 15,5% do PIB (GONZÁLES *et al.*, 2021). A partir destas observações realizadas nos diversos contextos dos países, a próxima seção direciona-se aos apontamentos considerando o cenário brasileiro.

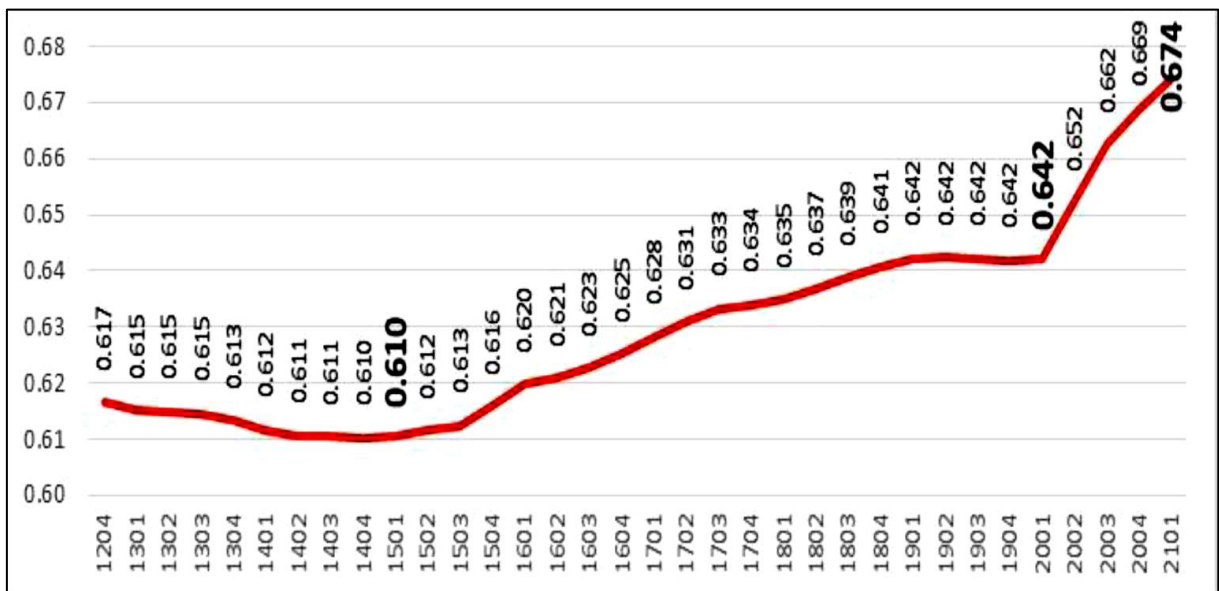
2.3.1 Brasil e a Governança na Pandemia

No Brasil, o primeiro registro confirmado de Covid-19 aconteceu em 26 de fevereiro de 2020, com rápida expansão da doença. A partir disso, medidas foram impostas para tentar

controlar a disseminação, com o fechamento de fronteiras, suspensão de aulas, funcionamento somente de comércios essenciais, cancelamento de eventos e distanciamento social (ALMEIDA *et al.*, 2021).

E quais as consequências que a Pandemia ocasionou ao país? O grande salto da desigualdade foi o que a Pandemia trouxe para o Brasil, adicionando ao índice de Gini mais três centésimos, que chega no primeiro trimestre de 2021 em 0.674 (NERI, 2021), conforme mostra a Figura 4. Ao analisar dados de 2020/2021 Neri (2021) verificou que houve uma redução significativa na renda da população, cerca de 10,89%, e consequentemente o poder de compra também, fatores estes justificados pelo desemprego e perda das ocupações de trabalho.

Figura 4 - Evolução trimestral da desigualdade social no Brasil



Fonte: FGV Social (2021).

Segundo Almeida (2020), houve aumento da proporção de desempregados, trabalhadores autônomos e informais. Neste sentido, foram implementadas políticas públicas de auxílio financeiro às famílias mais vulneráveis, trabalhadores que perderam emprego e microempreendedores individuais que tiveram suas atividades suspensas temporariamente (VIDAL, 2020). Os indicadores do *International Institute for Management Development – IMD* (2022) demonstram o *ranking* de competitividade global, que engloba sessenta e três países, analisando os mesmos sobre os quatro critérios expostos no Quadro 1.

Quadro 1 - Desempenho do Brasil no *Ranking* de Competitividade Global 2019-2022

CRITÉRIOS	ESPECIFICAÇÕES	2019	2020	2021	2022
Performance econômica	Avaliação macroeconômica da economia doméstica, tendências de emprego e preços; Economia doméstica; Comércio Internacional; Investimento Internacional; Emprego; Preços	57°	56°	51°	48°
Eficiência do governo	Extensão a qual as políticas governamentais conduzem à competitividade; Finanças públicas; Política Tributária; Estrutura Institucional; Legislação Empresarial; Estrutura Social;	62°	61°	62°	61°
Eficiência dos negócios	Extensão a qual o ambiente nacional incentiva a atuação inovadora, lucrativa e responsável das empresas; Produtividade; Mercado de Trabalho; Finanças; Práticas de Gestão; Valores e Atitudes;	57°	47°	49°	52°
Infraestrutura	Extensão a qual os recursos básicos, tecnológicos, científicos e humanos satisfazem as necessidades do mercado. Infraestrutura Básica; Infraestrutura Tecnológica; Infraestrutura Científica; Saúde e Meio Ambiente; Educação	54°	53°	52°	53°
GERAL	Ranking Geral com todos os critérios	59°	56°	57°	59°

Fonte: Adaptado de *International Institute for Management Development (IMD, 2022)*.

De acordo com *ranking* geral exposto no Quadro 1, o Brasil chega a 2022 perdendo duas posições, e retoma ao patamar de 2019, motivado principalmente pela queda na eficiência dos negócios e limitações quanto a infraestrutura disponível. O *World Competitiveness Yearbook (WCY)* é um relatório realizado anualmente e serve de referência para identificar a competitividade dos países. Dados mais recentes, do ano 2022, países como Dinamarca (1^a), Suíça (2^a) e Cingapura (3^a) ocupam as posições no topo deste *ranking* (IMD, 2022). Já o Brasil, está classificado na 59^a posição e perdeu três posições que havia conquistado nos três últimos anos, voltando assim ao mesmo patamar de 2019, e reforçando a queda nos indicadores sociais brasileiros apontados na literatura.

Sabe-se da importância do distanciamento social como medida de contenção, mas também é inegável as consequências devastadoras deixadas na sociedade, como o rendimento das famílias e os danos à saúde física e mental (ALMEIDA *et al.*, 2021). Em suas pesquisas, Almeida *et al.*, (2021) relatam que com medo da doença as pessoas também deixaram de procurar os serviços de saúde, restringindo-se somente quando tinham sintomas de Covid-19.

Pesquisas de Neri e Hecksher (2021) revelaram também que a população jovem brasileira alcançou em 2020, durante a Pandemia, o maior índice de insatisfação com a qualidade da educação, 41%, observando uma queda de 15 pontos em relação a 2018. Além disso, segundo os mesmos autores, a população jovem tem convivido mais com a miséria, visto

que houve aumento no número de relatos de falta de dinheiro para comprar comida na família, subiu de 25,6% em 2018 para 28% em 2020.

Assim, todas as decisões que impactam na sociedade são do interesse público porque os afeta direta ou indiretamente. Deste modo, em momentos de crise e incertezas é fundamental que a administração pública tenha maior transparência em suas ações (SANTOS; MOTA, 2020). A transparência de dados estaduais quanto a Covid-19, no Brasil, foi considerada de forma positiva por Raupp e Pinho (2020) e Santos e Mota (2020) pois, mesmo reconhecendo as deficiências do país em relação a transparência, é notória a evolução dos estados no decorrer do estudo desenvolvido. Com base no estudo de Raupp e Pinho (2020), a transparência no Brasil pode ser pensada como um problema estrutural, pois a partir das demandas sociais governantes conseguiram se mobilizar e trazer respostas rápidas à sociedade.

Entretanto, no Brasil, houve muitos conflitos de interesse entre governo, sistemas econômicos, científicos e sanitários. Impulsionado por manifestações públicas e abertas realizadas por autoridades políticas, os conflitos estenderam-se também aos governantes estaduais, transformando-se em um conflito aberto que dificulta a comunicação e o processo decisório que seja focado nos interesses públicos. Houve falta de mecanismos interfederativos capazes de resolver conflitos entre união, estados e municípios. E, assim, o Brasil segue com uma profunda crise institucional e política instaurada em sua estrutura de governança, entre os três poderes: executivo, legislativo e judiciário (VIDAL, 2020).

Além disso, outra parte importante recomendada na literatura, é a participação social. Neste quesito, o Brasil viu diminuir a presença social nas decisões de governo. O decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, extinguiu e estabeleceu novas diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Dessa forma, inúmeros conselhos, colegiados foram extintos e ainda limitada a criação de novas organizações voltadas a participação da sociedade nas decisões de governo, mantendo apenas casos previstos em lei (BRASIL, 2019). Em análise realizada no continente latino-americano, verificou-se que no Brasil houve, na última década, redução de apoio a democracia e participação popular, acentuado pelo último governo durante sua gestão da Pandemia (SILVA; SOARES, 2022).

Mas e o que ficou da Pandemia? Quais legados podemos absorver deste evento tão intenso, transformador e devastador? A seção seguinte explora estes aspectos dialogando com os diversos contextos e realidades mundiais.

2.3.2. Legados e Percepções da Pandemia

Entre as lições trazidas pela Pandemia e citadas por Sohrabi *et al.* (2020), inicialmente atesta a lentidão e falta de transparência de órgãos responsáveis em trazer a público informações sobre o vírus e a decretação de emergência global pela Organização Mundial da Saúde- OMS, que retardou o controle e expansão do vírus. Infelizmente, a Pandemia tomou uma proporção mundial gigantesca, muito por falhas iniciais dos órgãos envolvidos em relação ao controle, transparência, desconhecimento de causa e habilidade em lidar com situações emergentes, o que resultou em taxas altas de mortalidade e dificuldade de fazer prognósticos (SOHRABI *et al.*, 2020).

Ficou evidenciada a incapacidade global e coletiva de lidar com ameaças emergentes e a incoerência entre os próprios países, seja nos bloqueios ou na corrida por insumos (AVQUI, 2020). Já na corrida das vacinas, houve a guerra de poder entre o público e privado na tentativa de legalização das vacinas e a caracterização de poder dos países ricos no abastecimento de vacinas em relação aos países mais pobres, o que ditou os indicadores de óbitos (SENHORAS, 2021). A vulnerabilidade dos sistemas de saúde também foi exposta, evidenciando a falta de recursos físicos, insumos e subnotificações de casos (ALMEIDA *et al.*, 2021).

Outro ponto citado por Sohrabi *et al.* (2020) foi a desinformação pública, que resultou em falta de transparência de informações e acesso a dados abertos para informar a população. Ainda é possível afirmar a falta de investimentos em pesquisa, que retardou a construção de tratamentos robustos e eficazes resultando em mortes de pacientes infectados.

Por outro lado, trouxe pontos positivos. Em estudos observados por Kuhlmann *et al.* (2021), a crise trouxe a oportunidade de modernização e o acelerado aprendizado político. De igual forma, Vidal (2020) destaca a modernização dos modelos da administração pública, seja para introduzir novas mudanças ou modernizar os já existentes, principalmente no que se refere à tecnologia da informação. Por outro lado, a literatura ainda apresenta lacunas no entendimento da administração da crise e o aproveitamento das oportunidades na instauração de novas agendas políticas (KUHLMANN *et al.*, 2021).

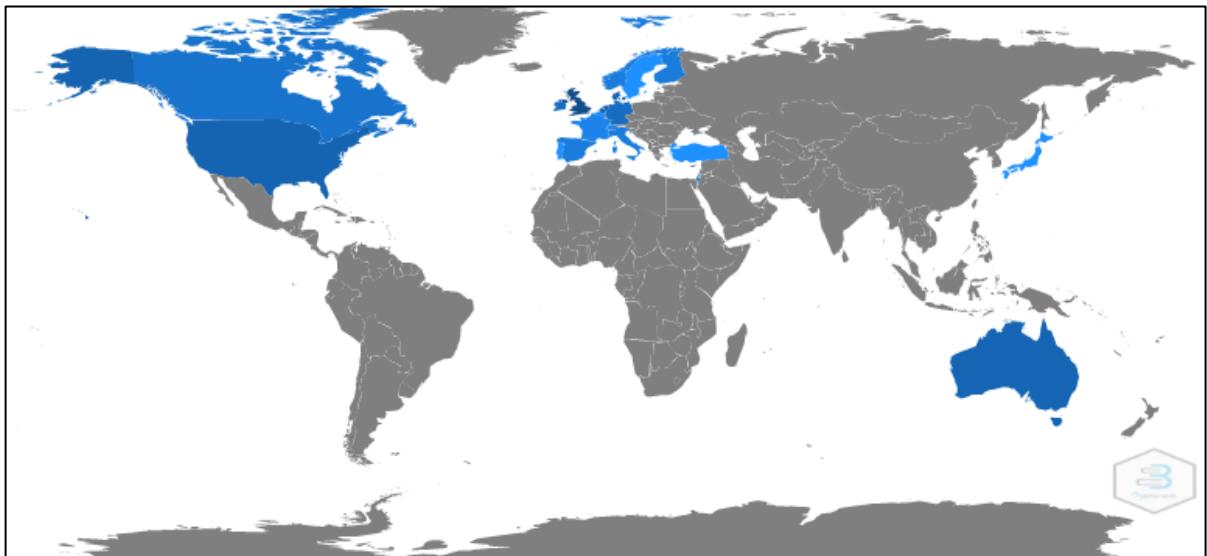
Após a estruturação da base teórica do estudo, demonstram-se as evidências empíricas encontradas na base de dados *Web of Science* relacionada aos estudos encontrados sobre o tema da governança, visando entender o processo de governança para inseri-lo no contexto deste estudo.

3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Para verificar as principais evidências empíricas sobre os temas pesquisados foi realizada uma busca na base de dados do *Web of Science* (WoS) com o termo de busca “governance public”. Após, foram filtrados por títulos de periódicos cujo interesse é a administração pública e ainda filtrados por títulos que contenham a palavra “governance”, totalizando assim 94 materiais que serviram de base para as análises deste tópico. As buscas não utilizaram filtros de período de tempo, o que engloba então 1995 a 2020.

O mapeamento científico ocorreu após a importação dos dados para o *software Bibliometrix*, que auxiliou na busca das redes de estudos sobre o tema, trazendo de forma quantitativa e visual os principais estudos publicados (ARIA; CUNCURULLO; 2017, 2021). A Figura 5 apresenta a proporção mundial de colaboração dos estudos científicos desenvolvidos.

Figura 5- Mapa de produção científica mundial de pesquisas na área de governança pública



Fonte: Dados WoS (1995-2021). Visualização: Bibliometrix.

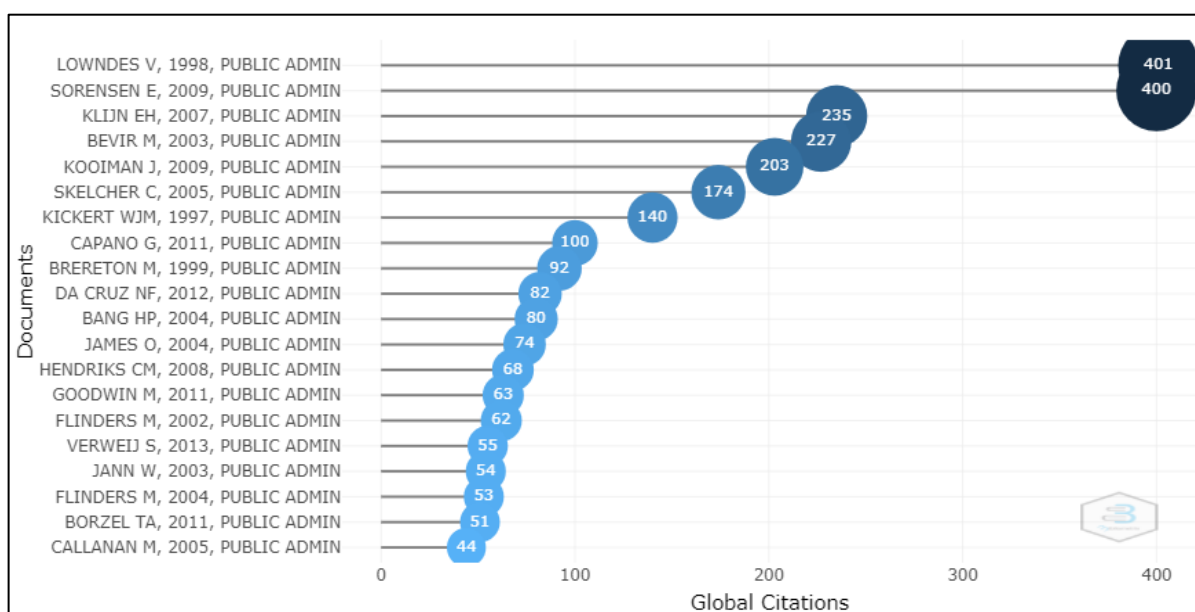
A produção científica na área de administração pública e especificamente sobre governança pública advém basicamente de quatro continentes: América do Norte, Europa, Ásia e Oceania. Tal fato se justifica pela relação entre desenvolvimento econômico e boas práticas na administração/gestão que visam a melhoria dos processos sobre governança pública,

transparência e otimização de recursos. O continente Europeu por exemplo, se destaca em transparência das ações governamentais, qualidade de vida populacional, entre outros fatores. Isso demonstra que a evolução das pesquisas e construção da boa governança contribuem com o desenvolvimento regional.

A Europa possui a maior representação quantitativa de estudos científicos evidenciando o desenvolvimento dos países que o compõe e notadamente servem de exemplo mundialmente quanto às práticas de governança realizadas. O Reino Unido apresenta a maior produção (43), seguido da Holanda (14), Dinamarca (12) e Alemanha e Irlanda com 7. Itália, Noruega, Noruega, Finlândia, Espanha e França possuem 3 contribuições de cada país. E por fim, Suíça com 2 e Portugal, Bélgica e Suécia apenas 1.

O segundo continente mais produtivo cientificamente é a América do Norte, representado pelos Estados Unidos que tem 12 trabalhos e Canadá com 5. No continente asiático, o país de Israel apresentou 2 estudos desenvolvidos, enquanto que Japão e Turquia uma produção cada país. E a Oceania é o continente com menor contribuição quantitativa nesta área científica, somente 1 que foi publicado na Austrália. Ainda na perspectiva global, a Figura 6 demonstra a relação de autores que possuem os documentos mais citados mundialmente.

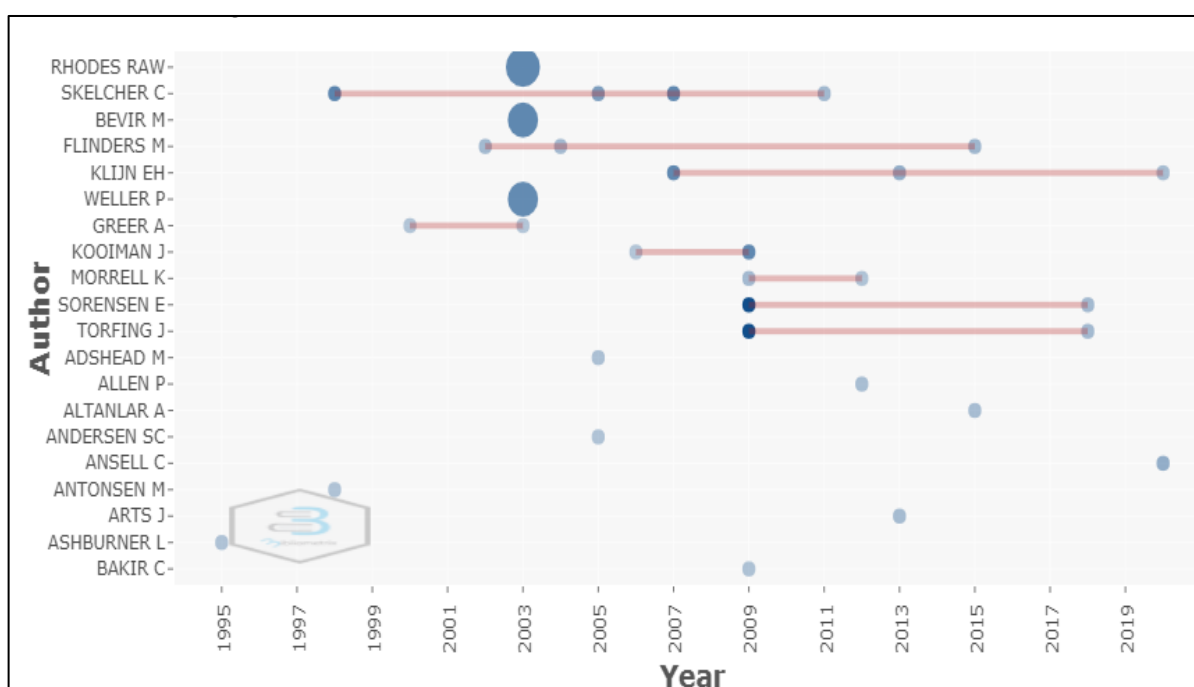
Figura 6 - Vinte documentos mais citados globalmente



Fonte: Dados WoS (1995-2021). Visualização: Bibliometrix.

Os documentos mais citados globalmente são, respectivamente, de Lowndes (1998) que possui um total de 401 citações globais. Em segundo lugar, Sorenses (2009) faz jus a 400 citações globais, seguido de Klijn (2007) com 235 citações e Bevir (2003) com 227. Destaca-se que os valores podem variar de acordo com a base consultada, estando estes de acordo com o *Web of Science*. A Figura 7 apresenta o histórico produtivo dos principais autores da área no período de 1995 a 2020.

Figura 7 - Produção dos principais autores ao longo do tempo

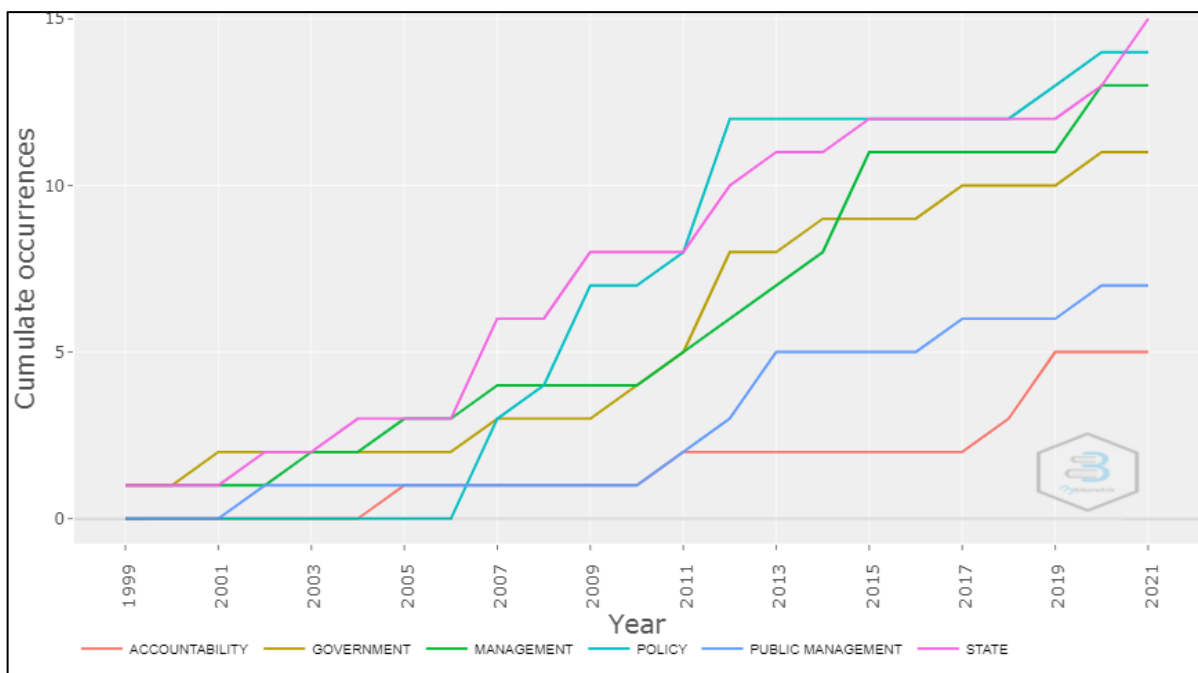


Fonte: Dados WoS (1995-2021). Visualização: Bibliometrix.

Observa-se que Rhodes, Bevir e Weller tiveram sua produção concentrada em período pontual, foram citados, mas não deram continuidade aos estudos após 2003. Já os estudos de Skelcher (2005) podem ser vistos como um dos precursores do tema de governança na área da administração pública, iniciaram em 1998 e seus estudos e produções tiveram continuidade até 2011. Da mesma forma, Flinders e Klijn tiveram continuidade e permanecem com citações em períodos mais atuais. A partir de 2009, destaca-se o trabalho de Sorensen e Torfing (2009) que teve citações, tendo maior volume logo no início e, posteriormente, queda nas citações do segundo trabalho publicado pela dupla de pesquisadores que continuaram estudando o tema até 2018. Destaca-se que localmente, com base em outros dados do *software*, os autores de maior impacto são Skelcher, Mathur e Smith (2005).

Quanto à evolução da relação de estudos em torno da governança pública, a Figura 8 evidencia as relações estabelecidas nesta linha de tempo estudada.

Figura 8 - Palavras mais citadas no período 1999-2021 relacionada ao termo de Governança



Fonte: Dados WoS (1995-2021). Visualização: Bibliometrix.

No decorrer do período analisado, de 1995 a 2020, houve crescimento acumulado de palavras citadas em relação ao estudo da governança. A fase inicial era restrita a Estado, governo e gestão pública. A associação entre Estado e governança foi progressiva e notavelmente superior ao comportamento dos outros históricos. O termo *accountability* começa a ser evidenciado, e também citado nas pesquisas, a partir do ano de 2004. Gestão e política também são termos associados nos estudos de governança, como mostra a Figura 9.

Figura 9 - Word cloud

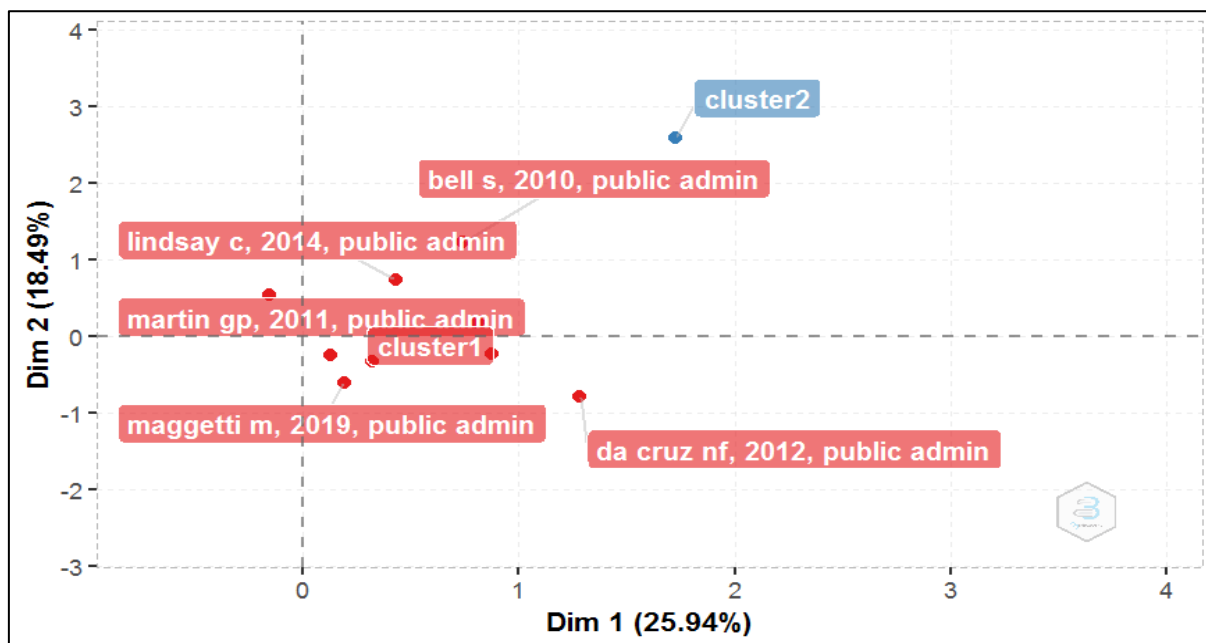


Fonte: Dados WoS (1995-2021). Visualização: Bibliometrix.

A na Figura 9 demonstra a frequência de ocorrências entre as palavras-chave identificadas nos documentos da base de dados originárias do WoS, onde notavelmente evidencia os termos mais citados: Estado, registrado 15 vezes, política (14) e gestão 13 vezes que são as que assumem maior importância na figura 6. Além disso, uma série de palavras-chave servem de referência para os estudos da governança ao demonstrarem a frequência de que são usadas como palavras-chave dos documentos: gestão pública, responsabilidade, participação, parcerias, desempenho, parceria, redes, etc.

A Figura 10 demonstra a possibilidade para rastrear documentos mais específicos quanto a contribuição e auxílio no entendimento sobre o tema. Este gráfico permite identificar a ligação entre o tema e os documentos, traçando os documentos associados a maior contribuição, demonstrando o peso de cada documento nas informações resumidas.

Figura 10 - Mapa fatorial dos documentos com maiores contribuições para explicar o tema



Fonte: Dados WoS (1995-2021). Visualização: Bibliometrix.

De acordo com a análise do *software*, dois *clusters* contribuem com documentos úteis para explicar a governança pública, cujos autores são citados na Figura acima. O *cluster 1* entretanto possui maior contribuição e peso de documentos, visto que ambos compartilham de forma semelhante as palavras-chaves nos estudos, ou estão próximos uns dos outros. Representam o centro do campo de pesquisa, que compartilham significados comuns. São os documentos mais buscados e citados globalmente, bem como sua contribuição e relevância, direcionando o pesquisador ao que está servindo de referência nos estudos sobre o tema da governança.

Considerando os pontos importantes destacados no decorrer deste item denominado - evidências empíricas- faz-se relevante apresentar brevemente o resumo dos estudos e autores que foram apontados pela ferramenta em cada análise identificada no *software*. Assim, destacam-se os principais de cada item: os primeiros mais citados, principais autores em relação a maior produção científica, bem como, os estudos que possuem maior contribuição para explicar a governança. O Quadro 2 apresenta os seus respectivos autores, objetivos e resumidamente alguns resultados dos estudos, em linha de tempo crescente.

Quadro 2 - Autoria, objetivo e principais resultados dos estudos sobre governança pública

(continua)

AUTOR	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Lowndes e Skelcher (1998)	A dinâmica das parcerias multiorganizacionais como ferramenta de governo e administração de programas públicos. O artigo analisa os diferentes modos de governança.	O grande desafio para as parcerias está no gerenciamento inteirando os diversos modos de governança. As respostas são diferentes em cada modo de governança, pois alguns pontos irão gerar competição e outros colaboração. A chave para a colaboração está na governança em rede. A capacidade de networking é sinônimo de governança, auxilia na compreensão de como os diversos modos de gestão operam e atuam coletivamente.
Rhodes (2000)	Discorre sobre os sete usos do termo 'governança' na Administração Pública discutindo questões gerais que a governança deve abordar.	Apresenta duas vantagens da governança no governo britânico: as falhas de mercantilização e resultados voluntários da diferenciação e a reformulação do estado com pluralização da criação de políticas. Há um déficit de governança democrática. Ainda falta conhecimento sobre governança, principalmente para solucionar falhas dentro do processo. É necessário remodelar o Estado para enraizar a governança e reinventar a democracia. Além de aprender a dirigir redes é necessário atuação como servidores do poder.
Bevir, Rhodes e Weller (2003)	Ao analisar as tradições de governança, o estudo explora a mudança do papel do estado no mercado industrial e globalizado, procurando entender por que existem diferentes respostas às tendências comuns por parte dos estados. Possui como objetivos: (i) fornecer uma revisão da literatura sobre a reforma do setor público com uma abordagem distinta das demais autores e; (ii) esboçar uma abordagem interpretativa para a análise da reforma do setor público baseada em crenças, tradições, dilemas e narrativas.	O estudo construído com base documental analisou materiais de fontes diversas: debates e audiências, consulta governamental, jornais e publicações oficiais, mídias diversas, memórias, autobiografias, biografias; entrevistas com ministros e funcionários anteriores e atuais, seminários de elite e de gabinetes e outras fontes secundárias. Realizam uma análise comparativa para identificar e explicar tais variações na Austrália, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Holanda, Noruega e EUA. Os países são escolhidos em virtude das tradições do estado: a tradição anglo-saxônica, tradição germânica, francesa e escandinava. Os problemas encontrados são relatados sob o olhar histórico dos atores públicos frente aos fatos. As mudanças observadas devem ser analisadas dentro do contexto histórico e individualizado do país para compreendê-las.
Skelcher, Mathur e Smith (2005)	Estudo teórico e empírico que tem objetivo de investigar a relação entre as práticas democráticas e o desenho de instituições que operam em espaços colaborativos, com domínios de atores públicos, privados e sem fins lucrativos unidos para formar, criar e implementar políticas públicas. Analisa a concepção da governança da parceria e sua composição democrática.	Os resultados mostram como a governança de espaços colaborativos são mediados por um conjunto dominante de práticas institucionais. A governança da parceria como um movimento de reforma permite o impulso avançando de uma noção dominante de responsabilidade com seus próprios regimes de vigilância e controle. As parcerias se moldam aos mecanismos de controle para atingirem objetivos comuns.
Klijn e Skelcher (2007)	O artigo investiga sobre uma abordagem teórica a relação entre democracia representativa e as redes de governança. O desdobramento do estudo divide-se em quatro hipóteses: (i) as conjecturas de incompatibilidade	As conclusões são pautadas em estudos empíricos temporais, espaciais e políticos, embora muitas vezes o contexto seja desconsiderado nesses estudos. Ou seja, os estudos aplicados em sociedades de normas consensuais são também aplicados em países de cultura antagônica, ou opiniões contrárias. Observaram-se assim incompatibilidades entre a teoria e prática quanto ao

Quadro 2 - Autoria, objetivo e principais resultados dos estudos sobre governança pública

(conclusão)

AUTOR	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS
	repousam sobre a primazia da política e vê as redes de governança como uma ameaça; (ii) a conjectura de complementaridade apresenta as redes de governança como meio de permitir maior participação no processo e política; (iii) a conjectura de transição postula uma evolução mais ampla das formas de governança em direção aos relacionamentos em rede; (iiii) a conjectura instrumental vê as redes de governança como um meio poderoso por meio do qual os interesses dominantes podem atingir seus objetivos.	poder no processo político, o interesse público bem como o papel dos gestores públicos. As quatro conjecturas ajudam a entender a lógica interna das relações e servem como ponto de partida para análise, mas é necessário um estudo específico para estabelecer as relações teóricas detalhadas dentro de cada uma das hipóteses levantadas.
Martin (2011)	O estudo baseia-se em uma pesquisa qualitativa longitudinal para enunciar os desafios enfrentados por uma organização do terceiro setor para facilitar a influência do usuário do serviço em um programa do Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido.	Os serviços públicos britânicos estão sendo modernizados ampliando as redes de governança, trazendo novas visões para o setor público no sentido de construção e gestão do de bem-estar. Destaca-se que há o envolvimento também do usuário do serviço no processo de governança. Esses modelos que agregam mais atores ao processo encontram diversos desafios: demandas contraditórias, conflitos de interesses e tensões. Para facilitar, é necessário desenvolver um papel específico para a atuação do usuário.
Cruz e Marques (2012)	O objetivo do estudo é reunir evidências empíricas sobre a estrutura de governança aplicada em empresas mistas e avaliar quando, ou se, ela pode ser uma solução ótima para o interesse público.	Através do estudo de caso realizado em quatro empresas de estruturas mistas e setores destinados a fornecer infraestruturas públicas, concluíram que estas tendem a ser orientadas para os objetivos do setor privado, considerando a necessidade de obter o melhor lucro possível, em vez de proteger o interesse geral. As estruturas gerais das empresas mistas falham na garantia de interesse público, e consequentemente, os governos não conseguem garantir que as teorias do modelo de empresa mista sejam colocadas em prática. Na visão dos autores as empresas mistas dificilmente serão a solução para todos os problemas de financiamento da infraestrutura social. “Não é possível servir a dois senhores”.
Lindsay, Osborne e Bond (2014)	O artigo explora como as organizações do terceiro setor do Reino Unido responderam às mudanças repentinas na prestação de serviços públicos, tendo como base o conceito de Nova Governança Pública para explorar as relações destas com as partes interessadas do governo local do Reino Unido.	Evidenciou-se que o estilo da NPG desenvolve relacionamentos de contribuição entre essas organizações e o governo local, com estruturas de parcerias bem definidas para desempenhar os serviços. Foi observado compromisso com as parcerias dentro do sistema e que esta é uma forma eficaz de explorar os benefícios deste tipo de organização para alcançar melhores resultados na prestação de serviços públicos.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

As evidências da literatura expostas no Quadro 2 demonstram a notoriedade da discussão, que é percebida sobretudo pelos estudos desenvolvidos na Europa, precursores na implantação dos diversos modelos de governança na forma de gestão. O que antes se tinha como um fato isolado ao segundo setor na gestão das empresas privadas, ganha aceitação no primeiro setor e sobretudo, nos melhores resultados apresentados na gestão pública. O panorama dos ensaios vislumbra a evolução do tema em cada um dos diferentes setores da sociedade e modelos de governança que podem ser exercidos, bem como, as dificuldades/problemas a que estão sujeitos. De comum acordo, observa-se a importância da governança na transformação da gestão e otimização de resultados. A partir das análises dos estudos, a próxima seção apresenta um panorama sobre o entendimento da governança pública.

3.1 PERCEPÇÕES SOBRE O ENTENDIMENTO E EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA

Os estudos sobre governança pública têm-se desenvolvido e estão em ascensão no diálogo entre sociedade e governo à medida que a participação social tem aumentado nas estruturas de governo. Neste sentido, esta seção teve como objetivo fazer um panorama da literatura existente sobre governança pública, para orientar a análise sobre governança no intuito de aplicá-la ao contexto específico do tema central deste estudo, interligando assim, a governança e a Pandemia.

A governança foi implementada gradualmente nas organizações públicas. Em sua maioria, ao observar-se a importância e os resultados positivos que apresentaram na melhoria de desempenho advindo das finanças corporativas. Esses modelos derivam de países mais desenvolvidos, concentrados em regiões como América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, que possuem tradição em exercer a boa governança e focados na melhoria de desempenho. Para o Brasil, este modelo passou a ser considerado com a substituição do modelo burocrático. A NPM e o modelo gerencial trouxeram novos rumos para a gestão pública, mas, mesmo assim, o país ainda precisa colocar a teoria em prática, uma vez que está em processo de adequação e engatinhando quanto a sua prática de governança.

Os chamados *stakeholders* da gestão pública, formados pelos diversos grupos de interesse, exercem a governança de forma conjunta, onde sociedade e não estatais têm papel fundamental. Todavia, conforme destacado por Bell, Hindmoor e Mols (2010) o papel central do Estado é determinante no processo, considerando seu grande poder de persuadir, sejam eles os atores sociais ou não estatais, onde o Estado consegue influenciar e modificar o processo de

governança. E Lowndes e Skelcher (1998) observaram notável competição na busca do papel de liderança na formação das parcerias, onde o poder exercido afeta diretamente as estruturas de governança (MAGGETTI; TREIN, 2019). Até mesmo em modelos aparentemente inclusivos a hierarquia prevalece (MARTIN, 2011).

Esta concepção do exercício do poder já era anteriormente apoiada pelos estudos foucaultianos, o que se chamou de governamentalidade, ao considerar o poder como algo sutil e dominador circulando nas redes e espaços sociais, algo que está por toda parte e provoca ações e uma relação flutuante (FOUCAULT, 1987). Assim, o governo exerce seu papel nos modelos de governança, sejam nas estruturas ou nas decisões de gestão, estando no centro do poder e obscuramente sutil encontrará meios de alcançar seus interesses.

Após a estruturação da base teórica e evidências empíricas, o estudo apresenta as técnicas a serem utilizadas na realização do mesmo, apresentando o desenho das atividades englobadas no processo metodológico.

4 MÉTODO DE PESQUISA

Este item destina-se a apresentar o delineamento da pesquisa e os métodos que serão utilizados para alcançar os objetivos propostos.

4.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória em sua essência, visto que não foram encontrados estudos nesta magnitude e nas variáveis incorporadas nesta pesquisa. Os estudos exploratórios são investigações empíricas para formular questões problemas e possui três finalidades: “[...] (1) desenvolver hipóteses; (2) aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa; (3) modificar e clarificar conceitos” (MARCONI; LAKATOS, 2021). Além disso, os autores ainda citam que é possível manipular variáveis independentes para entender o efeito que produzem e assim, poder explicar as hipóteses. Este tipo de pesquisa é desenvolvido com o objetivo de aproximação ao fenômeno estudado, proporcionando uma visão mais ampla do fato (GIL, 2019).

A partir deste contexto exploratório o estudo assume o caráter descritivo, demonstrando em suas análises características e traços importantes da situação (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). As pesquisas descritivas também podem ser consideradas para descobrir a existência de associações entre variáveis (GIL, 2019). Conforme Marconi e Lakatos (2021), o objetivo deste tipo de estudo é descrever fenômenos, e pode ser tanto quantitativo como qualitativo, tendo em vista que tem o intuito de acumular informações relevantes para explicar o objeto de estudo.

Como forma de obter respostas aos objetivos de pesquisa, o estudo possui uma abordagem quantitativa, de acordo com a natureza dos dados, considerando a necessidade de mensurar com resultados precisos, neste caso, em valor monetário os gastos realizados no enfrentamento à crise. Conforme Gil (2019), caracteriza-se como quantitativa em virtude da utilização de medidas estatísticas para descrever o fenômeno, identificando a possível relação entre variáveis. Além disso, busca analisar a variação do Orçamento Público da União no ano de 2020, considerando o ocorrido entre o planejado *versus* realizado em decorrência do estado de calamidade pública.

Ainda quanto aos procedimentos, a pesquisa é caracterizada como documental, visto que a base de dados é de fonte secundária. Marconi e Lakatos (2021) classificam dados

secundários como aqueles que decorrem de análise de documentos, sites, jornais, revistas, dentre outros. A coleta foi realizada por meio de bases oficiais dos órgãos públicos do país a nível de estado e União.

4.2 COLETA DE DADOS

A coleta dos dados secundários foi realizada por meio dos portais públicos: Portal da Transparência do Governo Federal, Datasus, IBGE, e portais criados especificamente para publicação de dados relacionados à Covid-19. Na falta de publicidade, divulgação, ou clareza dos dados, houve contato com as instituições responsáveis. Na falta desta possibilidade de contato, ocorreram solicitações com base na Lei de Acesso à Informação, por meio dos pedidos de acesso à informação.

Inicialmente foram coletados os dados provenientes as variáveis relacionadas à Covid-19 e posteriormente, despesas dos programas sociais de geração de renda e também quanto à relação emprego/desemprego. Ambos compreendem o período amostral de março de 2020 até junho de 2022. Oficialmente a Pandemia ainda não teve seu fim decretado pela OMS, porém, no Brasil houve por parte do Ministério da Saúde (BRASIL, 2022) a portaria, nº 913, que foi publicada em 22 de abril decretando o fim da emergência de saúde pública no país.

A organização dos dados foi realizada de forma manual e padronizada, com auxílio de planilhas, criando uma base de dados para desenvolvimento do estudo. Os dados para análise dos impactos nos estados compreendem 27 unidades, respectivos aos 26 estados e o Distrito Federal, com dados referentes a 28 unidades de tempo, os quais se referem aos 28 meses da série temporal relativa a março de 2020 até junho de 2022. Na organização dos dados, utilizou-se a técnica de dados em painel com séries temporais empilhadas.

4.3 UNIVERSO DE ESTUDO E VARIÁVEIS

O universo de estudo compreende os dados socioeconômicos relacionados a Pandemia no Brasil, a expansão da doença, a mortalidade, a vacinação, os recursos utilizados em políticas públicas voltadas à mitigação dos impactos da Pandemia, dados de emprego e desemprego no país, fazendo um panorama situacional socioeconômico dos impactos da atual crise causada pela Pandemia da Covid-19.

O período de análise compreende o início da Pandemia, no mês de março de 2020, até o primeiro semestre de 2022, coletados mensalmente. O período é tomado como base em

virtude que o governo alocou recursos para manutenção de renda básica daqueles que perderam sua fonte de recursos financeiros, demissões de trabalhos diante da instabilidade econômica, problemas em manter seus colaboradores.

As variáveis são distribuídas em duas linhas: (i) social; que engloba as condições do sistema de saúde, a magnitude da doença, políticas públicas adotadas e, (ii) econômico-financeiro; que abrange indicadores de emprego e renda e gastos públicos com a Pandemia. O Quadro 3 apresenta a disposição e organização dos dados em duas linhas de pesquisa.

Quadro 3 - Descrição das variáveis e códigos para análises por estados brasileiros

CLASSIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS	VARIÁVEIS	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE DOS DADOS
Social	Magnitude/ Incidência da doença	MD	Quantidade de pessoas infectadas no período t no estado e	Coronavírus Brasil - Ministério da Saúde
	Mortalidade Covid-19	MC	Quantidade óbitos no período t no estado e	Coronavírus Brasil - Ministério da Saúde
	Vacinados	V	Número de Vacinados no período t no estado e	Open DataSus
Econômico-Financeiro	Admissões de emprego formal	AD	Admissões no período t no estado e	Ministério do Trabalho
	Demissões de emprego formal	DEM	Demissões no período t no estado e	
	Gastos públicos com Programa Social do Auxílio emergencial	GPS	Total de gastos/ despesas com programa social somados no período t no estado e	Portal da Transparência

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Além deste conjunto de variáveis regionais do Quadro 3, foram acrescentados dados a nível nacional, que somados a estes já citados anteriormente possibilitam uma análise mais generalizada dos indicadores do país. As variáveis são disponibilizadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Variáveis independentes nacionais

(continua)

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	FONTE DOS DADOS
Rendimento médio real de todos os trabalhos	Rendimento médio de trabalho recebido ao mês por pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência;	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal

Quadro 4 - Variáveis independentes nacionais

(conclusão)

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	FONTE DOS DADOS
Inflação faixa de renda muito baixa	Refere-se à renda familiar, calculada em junho de 2021, menor que R\$ 1.808,79.	Indicador IPEA de Inflação IPEA-DATA
Inflação faixa de renda baixa	Refere-se à renda familiar, calculada em junho de 2021, entre R\$ 1.808,79 e R\$ 2.702,88.	
Inflação faixa de renda média-baixa	Refere-se à renda familiar, calculada em junho de 2021, entre R\$ 2.702,88 e R\$ 4.506,4	
Inflação faixa de renda média	Refere-se à renda familiar, calculada em junho de 2021, entre R\$ 4.506,47 e R\$ 8.956,26	
Inflação faixa de renda média-alta	Refere-se à renda familiar, calculada em junho de 2021, entre R\$ 8.956,26 e R\$ 17.764,49	
Inflação faixa de renda alta	Refere-se à renda familiar, calculada em junho de 2021, maior que R\$ 17.764,49.	
Taxa de informalidade	Pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana referênciada;	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal
Indicadores de emprego	Admissões, demissões e saldos de empregos;	Ministério do trabalho
Indicadores de renda	Renda média da população	IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A variável dependente caracteriza-se deste estudo é a magnitude da doença, que representa o número de casos registrados nos sistemas de notificação dos estados.

4.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Para realizar o tratamento e análise dos dados do estudo foi utilizado método de estatística descritiva, com objetivo de medir e descrever os resultados (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). As estatísticas descritivas possibilitam interpretar e realizar a demonstração dos resultados obtidos, com a oportunidade de analisar as variáveis consideradas no estudo.

Além disso, outra técnica utilizada para a análise dos dados, destaca-se a regressão com dados em painel, a qual se caracteriza como regressão múltipla, por analisar mais que uma variável independente. Dados em painel consideram as mesmas variáveis ao longo do tempo, permitindo analisar relações dinâmicas no tempo e no espaço, por meio da combinação das dimensões de séries temporais e corte transversal (GREENE, 2008). Os dados do estudo se

caracterizam como um painel equilibrado, pois as mesmas unidades são representadas nos 28 períodos de tempo (WOOLDRIDGE, 2013).

Os Dados em Painel são uma combinação de dados transversais (*cross section*) e de séries temporais (*time series*), com objetivo de analisar as observações de “i” sujeitos repetidamente ao longo de determinados “t” períodos de tempo.

Conforme exposto por Mesquita *et al.*, (2020) esta combinação resulta em maior confiabilidade de respostas que quando analisado com base em uma abordagem única. A técnica visa estudar a relação entre uma variável dependente e as variáveis independentes. Por meio da regressão múltipla é possível resolver problemas, prever dados sobre a economia com base em informações, avaliar e efetividade de programas, etc. (HAIR JR. *et al.*, 2009). A equação do modelo analítico de regressão múltipla é apresentada abaixo:

$$Y = \alpha + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_3 X_3 + \varepsilon \quad (1)$$

em que:

Y = variável dependente a ser estimada;

α = coeficiente linear da regressão;

β = coeficiente angular da regressão;

X = variáveis independentes; e

ε = vetor de perturbação/erro

Logo, a partir das variáveis contempladas no estudo, tem-se o modelo codificado para regressão múltipla com dados em painel:

$$y_{t,e} = \alpha + \beta_1 MD_{t,e} + \beta_2 MC_{t,e} + \beta_3 V_{t,e} + \beta_4 AD_{t,e} + \beta_5 DEM_{t,e} + \beta_6 GPS_{t,e} + \varepsilon_{t,e} \quad (2)$$

onde:

a) y = variação do impactante populacional no estado e no período t ;

b) $MD_{t,e}$ = variação de Magnitude/ Incidência da doença no estado e no período t ;

c) $MC_{t,e}$ = variação da Mortalidade Covid-19 no estado e no período t ;

d) $V_{t,e}$ = Número de Vacinados no período t no estado e

e) $AD_{t,e}$ = variação de admissões de emprego formal no estado e no período t ;

f) $DEM_{t,e}$ = variação das demissões de emprego formal no estado e no período t ;

g) $GPS_{t,e}$ = variação de gastos públicos com programas sociais estado e no período t ;

h) ε_{it} = vetor de perturbações.

O *software* estatístico utilizado foi o *Gretl - Regression, Econometrics and Time-series Library*. O *software*, amplamente utilizado em pesquisas econométricas, possibilita a realização de análises em painel e séries temporais com diversos tipos de dados (ANDRADE, 2013). Como ferramenta auxiliar cita-se o *software Excel*, utilizado para coleta e organização dos dados secundários. Por fim, busca-se trazer um indicador que traduza o impacto da Pandemia englobando as variáveis elencadas no estudo.

4.4.1 Procedimentos Econométricos

Para analisar a influência das variáveis estudadas aplicou-se a regressão com dados em painel, analisando as variáveis na dimensão temporal e espacial. Os métodos mais utilizados são os de Efeitos Fixos (EF) e de Efeitos Aleatórios (EA). O modelo de EF considera o fato de que pode haver correlações entre o intercepto e as variáveis explicativas em qualquer período de tempo, enquanto que o modelo de EA possui as mesmas suposições do modelo de EF, variando apenas no tratamento do intercepto, que passa a ser tratado como variável aleatória e não mais como parâmetro fixo (GREENE, 2008).

Diante desse contexto, uma das formas de decidir entre qual modelo utilizar é a comparação dos efeitos dos métodos, verificando se existe correlação entre os fatores não observados e as variáveis explicativas, após a aplicação do teste de *Hausman*. Assim, a variável dependente é a Magnitude da doença. Inicialmente foram realizados testes de Efeitos Fixos (EF) e Efeitos Aleatórios (EA), para identificar a estimação do modelo com dados em painel.

O modelo de efeitos fixos foi testado utilizando 756 observações, com 27 unidades de corte transversal e 28 períodos de tempo. A variável Saldo de empregos foi omitida automaticamente pelo *Software Gretl*, pois apresentou colinearidade exata com as variáveis demissões e desligamentos, indicando uma ligação direta entre ambas. Esta variável foi obtida considerando a diferença entre ambas (admissões - desligamentos), o que justifica tais resultados e respectivamente sua exclusão.

Após foi realizado o teste de Efeitos Aleatórios, que apresentou algumas inconsistências no modelo. Assim, caso haja diferença significativa entre os dois modelos, há evidência em favor da utilização do modelo de EF, rejeitando-se a hipótese nula do teste. Ademais, o método de EA acaba consumindo muitos graus de liberdade, existindo a necessidade de haver número

de períodos superiores ao número de coeficientes da regressão e, quando não é possível fazer a estimação por meio desse empecilho, deve-se utilizar EF (GREENE, 2008).

A fim de verificar alguns aspectos e pressupostos dos modelos regressivos para não gerar resultados viesados, foram realizados alguns testes econométricos. Inicialmente, foi necessário verificar a presença de heterocedasticidade, ou seja, se os termos de erro possuem variâncias divergentes. Para isso, foi realizado o teste de *Wald*, ou também chamado teste de *Breusch-Pagan*, que demonstrou que os dados possuem heterocedasticidade, e, portanto, a hipótese desejada de homocedasticidade foi rejeitada. Assim, foi necessário adequar a suposição do modelo, pois o modelo de regressão tem que ser homocedástico. A fim de verificar se os erros são aleatórios ou não correlacionados, isto é, se há presença de autocorrelação, foi realizado o teste de *Cumby-Huizing*.

Os dois modelos (fixo e aleatórios) são excludentes, e de acordo com a característica dos dados há uma indicação quanto a preferência por um ou outro. Dessa forma, uma maneira de decidir entre qual modelo utilizar é a comparação dos efeitos dos métodos, verificando se existe correlação entre os fatores não observados e as variáveis explicativas após a aplicação do teste de *Hausman*. O teste de *Hausman*, que compara as estimativas de efeitos aleatórios com as de efeitos fixos, apresentou consistência das estimativas. Assim, aceita-se a hipótese nula H_0 : As estimativas GLS são consistentes, visto que há ausência de correlação entre efeitos e regressores. O teste apresentou significância estatística em 1% (p-valor= 1,26323e-006) que indica rodar o teste pelo modelo de efeitos aleatórios. De acordo com Wooldridge (2013), o teste de Efeitos Aleatórios é indicado quando se pressupõe que o efeito não observado não é correlacionado com as variáveis explicativas, e no caso de o efeito não observado possuir correlação com quaisquer das variáveis explicativas deve-se utilizar Efeitos Fixos. Neste caso, o teste de *Hausman* não rejeitou as estimativas de efeitos aleatórios, e assim foi rodado o modelo por efeitos aleatórios.

Para avaliar a autocorrelação entre os dados em painel utilizou-se o teste de *Wooldridge*, que indicou que há autocorrelação, ou seja, uma variável influencia a outra, indicando colinearidade (significância com p-valor = $P(F(1, 26) > 106,097) = 1,14075e-010$). Assim foi necessário contornar a falha na suposição do modelo, e para isso, os mesmos foram ajustados por meio da correção por erros padrões robustos (HAC), para corrigir problemas de heterocedasticidade e autocorrelação. A Tabela 1 apresenta os valores finais dos testes realizados após a correção de erros.

Tabela 1- Significância dos testes de heterocedasticidade e autocorrelação

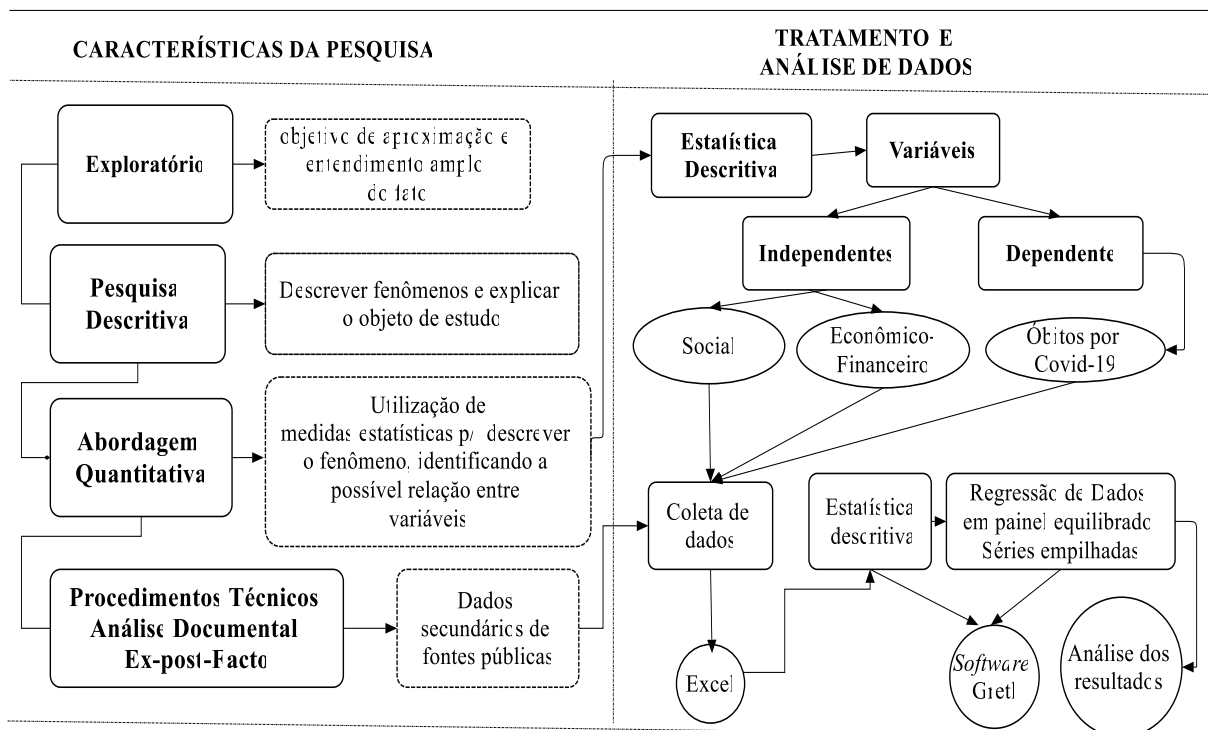
Testes	Qui-quadrado	Significância p-valor
Testes Conjunto nos Regressores	(5) = 2740,92	0
Breusch-Pagan	(1) = 64,065	1,2038
Hausman	(5) = 16,894	0,00478

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os presentes resultados são adequados para rodar o modelo regressivo em painel através do teste de Efeitos Aleatórios.

Desta forma, com base em todas as interações realizadas nesta seção quanto ao método, a Figura 11 vislumbra de forma abrangente o processo desenvolvido no decorrer da pesquisa apontando o modelo metodológico com as técnicas utilizadas visando tratar de forma eficaz os objetivos propostos no estudo.

Figura 11 - Desenho Metodológico



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Tendo assim delineado o modelo de pesquisa, a próxima seção destina-se a apresentar os resultados obtidos com a aplicação do mesmo, interpretados de acordo com a realidade nacional e regional.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados e discutidos os principais resultados encontrados no estudo. A análise está dividida em cinco partes. Inicialmente, apresentam-se os dados nacionais do estudo analisados no recorte temporal e descritos estatisticamente. As variáveis dos Estados são observadas primeiramente pela ótica social, após, dentro do contexto econômico-financeiro. Posteriormente, as variáveis são analisadas com auxílio econométrico, considerando a relação existente entre ambas. Por fim, foram analisadas as influências do modelo de governança nas variáveis do estudo, discorrendo sobre as transformações observadas no cenário brasileiro, influenciadas pela Pandemia da Covid-19.

5.1 ANÁLISES NACIONAIS

O Brasil é um país de economia em desenvolvimento e sua população tem aumentado significativamente nos últimos anos. De acordo com a projeção estimada do IBGE (2019), o número populacional do país é de 211.755.692,00 habitantes. Tendo este número como base para pesquisa, este estudo mostra que até o final do primeiro semestre de 2022 cerca de 15,3 % da população teve infecção pelo vírus SARS-CoV-2, visto que foram registrados até o período 32.422.882 casos de testes positivos. Em média, os órgãos de saúde registram ao mês cerca de 1.157.960 (um milhão, cento e cinquenta e sete mil e novecentos e sessenta) de casos da doença. Para tanto, não foi possível identificar dentre estes quais tiveram reinfeção. Cabe ressaltar também, que há uma subnotificação de casos, os quais não podem ser considerados nas estatísticas oficiais. A Tabela 2 apresenta de forma estatística dados relacionados aos casos, óbitos e vacinas com base em dados mensais no período de estudo.

Tabela 2- Estatística descritiva nacional das variáveis sociais na série temporal 03/2020-06/2022

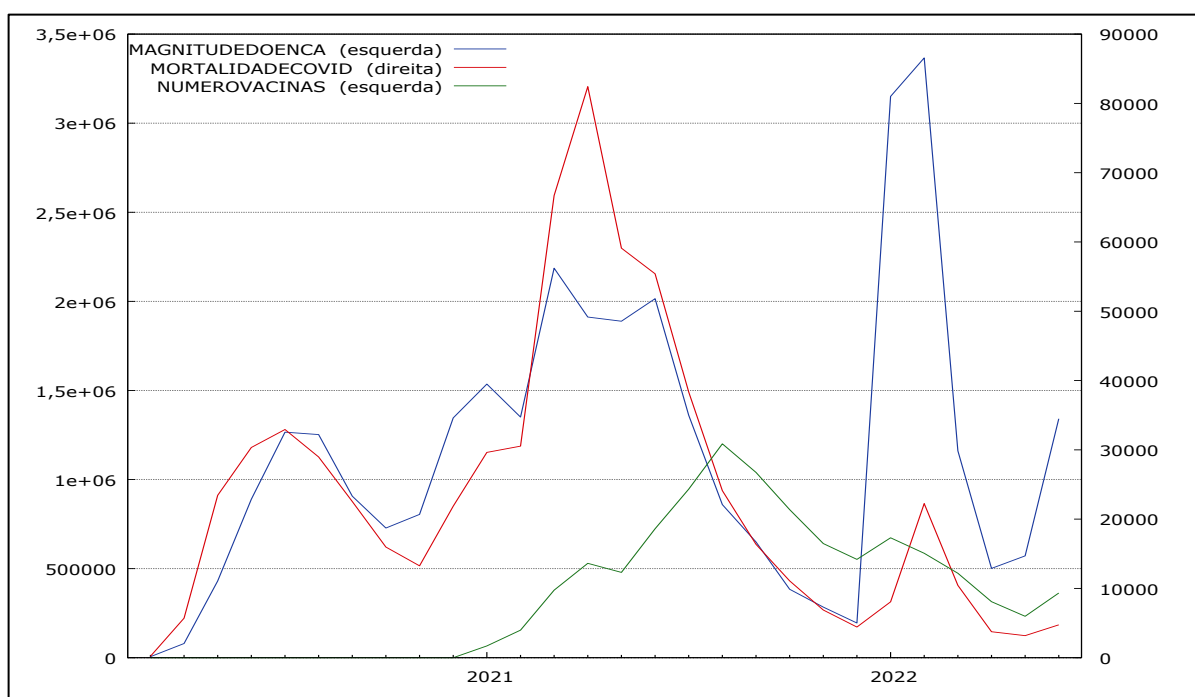
Variável	Média	D. Padrão.	Mín	Máx
Magnitude da doença	1.157.960**	837.297*	5.849	3.366.461**
Mortalidade Covid	24.026*	20.660*	203	82.417*
Número de vacinas aplicadas	363.802*	366.627*	1	1.200.390**

Nota: * corresponde a mil. ** corresponde à milhões. Estatísticas com base em dados mensais. O número total de vacinas aplicadas inclui doses de reforço.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em meio a estes casos registrados, houve brasileiros que não conseguiram sobreviver à doença. Cerca de 672.720 mil vidas passaram a fazer parte da métrica que aterrorizou o mundo. Em meio a totalidade populacional do país isto representa 0,32% dos brasileiros. Em média, foram registradas 24.026 mil mortes a cada mês no país, embora com desvio padrão alto (20.660), que indica valores mensais mais dispersos em torno da média indicada. Esta variação deve-se aos períodos de pico dos óbitos, caracterizado no período de março até junho de 2021, o qual teve o mês de abril como auge, pois chegou a 82.417 mil óbitos registrados na série histórica, conforme evidencia a Figura 12.

Figura 12- Observações nacionais de casos de Covid, óbitos e vacinação na série temporal 03/2020 a 06/2022



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Figura 12 evidencia que a partir do início da vacinação em massa, em meados de janeiro de 2022, tendo o pico de imunizantes aplicados em agosto de 2021, com a aplicação de 1.200.390 doses, é possível observar considerável queda nos óbitos, sobretudo quando em fevereiro de 2022 o país alcança o maior período de contaminação, 3.366.461 casos confirmados. Desta forma, é notória a eficácia da política de vacinação para a preservação das

vidas humanas. A vacinação é sem dúvida a política de saúde que mais produz efeito na prevenção e no controle da doença (LIMA *et al.*, 2022).

Diante da magnitude da doença no país, e tantos casos com óbitos, medidas de Estado foram implantadas no sentido de auxiliar a população frente ao seguinte dilema: Fazer isolamento social ou trabalhar para poder garantir a renda familiar? Neste sentido, o Estado garantiu o direito à uma renda mínima àqueles com menores condições financeiras. Entre essas medidas, duas atenderam diretamente o mercado de trabalho: a Lei no 13.982/2020, que instituiu o auxílio emergencial para os trabalhadores informais, e a Medida Provisória (MP) nº 936/2020, que criou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (HECKSHER; FOGUEL, 2022).

Em média, no país, foram repassados, durante os 28 meses de estudo, cerca de R\$ 12.543.361.130,21 (doze bilhões quinhentos e quarenta e três milhões trezentos e sessenta e um mil cento e trinta reais e vinte e um centavos) em benefícios de auxílio emergencial. De acordo com Hecksher e Foguel (2022), cerca de 48% dos beneficiados pela medida assistencial são trabalhadores informais. A Tabela 3 mostra evidências voltadas a questões econômicas e financeiras.

Tabela 3 - Estatística descritiva nacional das variáveis econômicas na série temporal 03/2020-06/2022

Variável	Média	D.P.	Mín	Máx
Auxílio Emergencial	R\$ 12.543.361.130,21 ***	R\$ 15.035.466.403,07 ***	R\$0,00	R\$ 42.937.333.200,00 ***
Admissões	2.836.781**	6.866.623**	617.644*	37.825.942**
Desligamentos	1.381.200**	2,453	933.287*	1.816.882**
Taxa de Informalidade	39,32	1,204	36,50	40,70
Rendimento médio real	R\$ 2.800,00*	R\$ 149,1	R\$ 2,586,00	R\$ 3.020,00*

Nota: * corresponde a mil; ** corresponde a milhões; *** corresponde a bilhões. Dados com periodicidade mensal na série temporal.

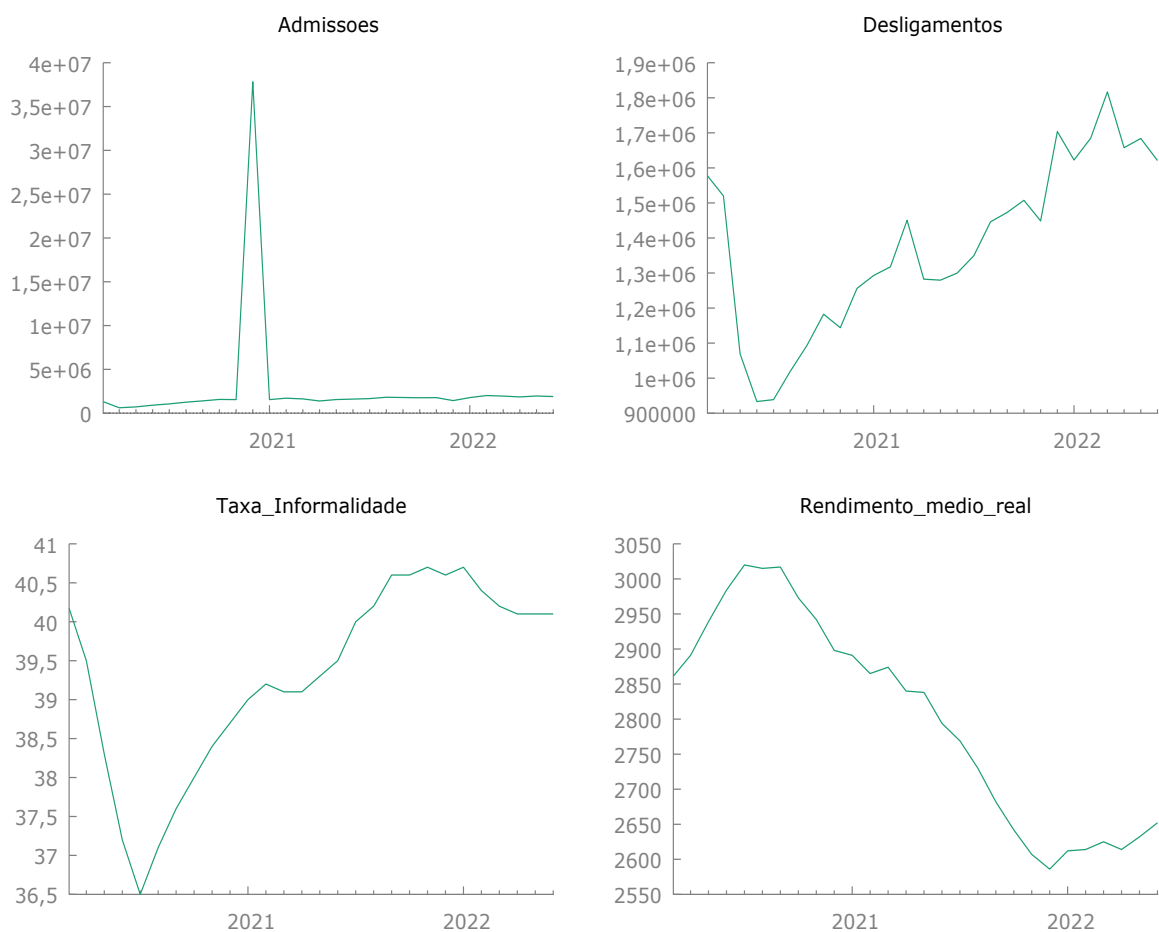
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

As evidências econômicas observadas na Tabela 3 retratam que os fatores decorrentes da Pandemia modificaram tais indicadores da economia, à medida que houve alterações da magnitude da doença no cenário do país. As medidas para mitigar os desastrosos efeitos da crise foram essenciais, entretanto, segundo o Banco Mundial (2022), houve um aumento excessivo na dívida pública dos países emergentes, que precisaram de maiores recursos para

atender as demandas sociais, e assim, tem sua recuperação ameaçada pois demandará tempo até que consigam alcançar os padrões de renda perdidos. O mês de maior ajuda financeira à sociedade chegou ao montante de 42,9 bilhões de reais (R\$ 42.937.333.200,00), ainda na fase inicial da Pandemia, em julho de 2020.

As demissões em massa, ou maiores quantidades de registros ocorreram em março de 2022, época em que ocorreu o pico da terceira onda da Pandemia. Com isso, novamente ficou evidente a insegurança das empresas quanto ao porvir e a precaução frente ao desconhecido. A Figura 13 demonstra as variações no mercado de trabalho e da renda dos trabalhadores neste período estudado.

Figura 13- Comportamento das variáveis econômicas do Brasil na série temporal 03/2020 a 06/2022



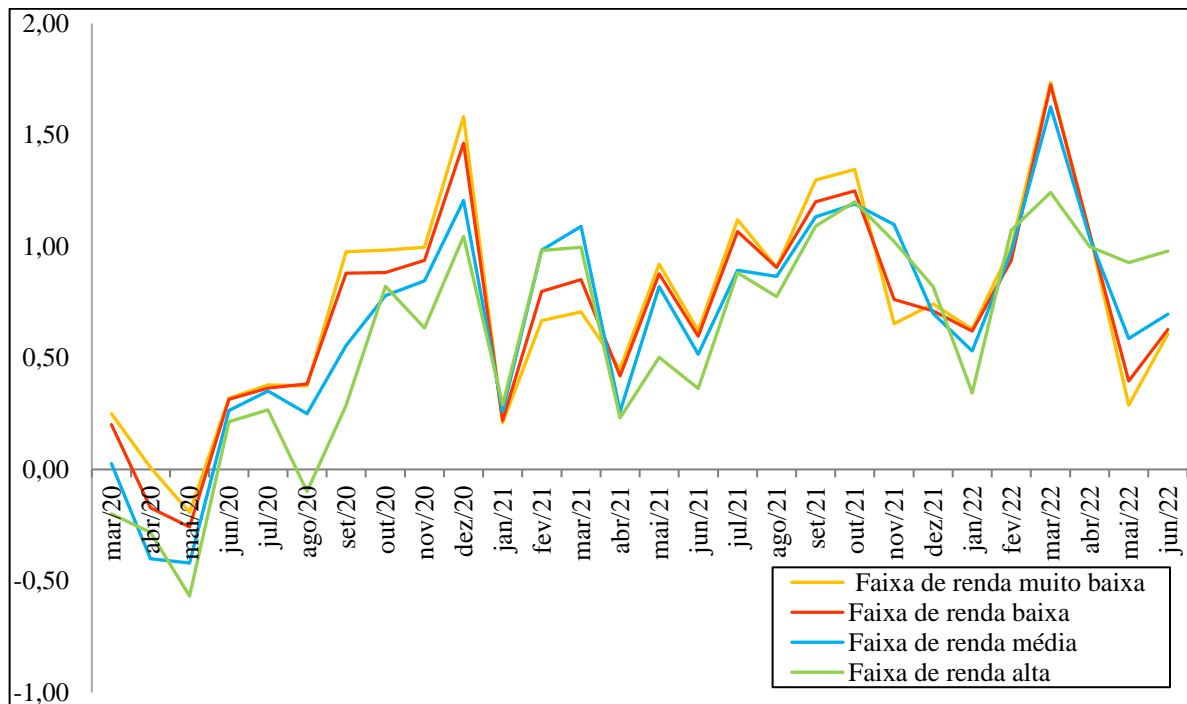
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No período analisado, de acordo com a Figura 13, ficou evidente a diminuição nos registros formais de trabalho e o maior número de desligamentos destes registros. À medida que estes desligamentos aumentaram também se observou maiores taxas de informalidade, pois os brasileiros passaram a procurar outras alternativas para manter sua renda familiar. Mas sabe-se que este tipo de trabalho não oferece a mesma segurança que o formal, nem tampouco garante estabilidade de renda e direitos trabalhistas. Estes fatos, associados, podem ter impulsionado a queda do rendimento mensal da população. À medida que os informais e trabalhadores por conta própria começaram a retornar ao mercado se observa a queda no rendimento médio (CARVALHO, 2022). Em janeiro de 2022, por exemplo, de acordo com o IBGE (2022), o rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, foi de R\$ 2.586,00 (dois mil quinhentos e oitenta e seis reais), a menor observado na série.

Com a queda do número de empregos formais, aumento da taxa de informalidade e queda no rendimento mensal, a população ficou com menor poder de compra e conseqüentemente, mais pobre. Evidências semelhantes são apontadas nos estudos de Neri (2021), que traz o desemprego como o principal causador da queda da renda dos brasileiros. Com esta situação, o povo passou a depender mais de ações governamentais. Entretanto, a “ajuda” é simbólica e visa garantir um mínimo de sobrevivência aos assistidos pelo programa, pois notoriamente não acompanha a elevação de preços do mercado.

A economia mundial enfrentou uma crise, e no Brasil, veio junto com ela a inflação. Mas quem sofreu mais com a inflação no país? A Figura 14 faz uma demonstração dos efeitos mensais da inflação nas quatro faixas de renda: muito baixa, baixa, média, e, alta.

Figura 14- Inflação por faixa de renda no Brasil na série temporal 03/2020 a 06/2022



Nota: As faixas de renda estão descritas no Quadro 4.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, classificam-se como pessoas de renda muito baixa aquelas que ganham menos que R\$ 1.808,79 (mil oitocentos e oito reais e setenta e nove centavos), e diz respeito a uma parcela representativa da população, até mesmo em virtude do valor do salário mínimo nacional, que é de R\$ 1.302,00 (mil reais trezentos e dois reais). A faixa de renda baixa remete aos ganhos mensais de até R\$ 2.702,88 (dois mil e setecentos reais e oitenta e oito centavos), a classe média até R\$ 8.956,26 (oito mil novecentos e cinquenta e seis reais) e a classe alta diz respeito aos rendimentos mensais maiores que R\$ 17.764,49 (dezessete mil setecentos e sessenta e quatro reais).

Pessoas das classes D e E, classificadas pelo rendimento mensal domiciliar de até R\$ 2,9 mil reais, foram as que mais sofreram os impactos da inflação, principalmente nos períodos onde houve maior contaminação da doença, pois a curva da inflação acompanhou a curva da magnitude da doença no período. A Classe C baixa também sofreu maiores impactos em comparação às classes A e B. Ou seja, a inflação foi sentida com intensidade maior pela população de menor poder aquisitivo, evidenciando o desequilíbrio e iniquidade.

A seguir, são averiguados os dados obtidos de forma estatística como resultados da conjuntura apresentada nos vinte e seis estados e no Distrito Federal, iniciando a partir da perspectiva das variáveis sociais individualizadas por estados.

5.2 ANÁLISES DAS VARIÁVEIS SOCIAIS REGIONAIS

Considerando as diferenças regionais dos estados brasileiros foram observadas muitas diferenças em relação ao comportamento e aos efeitos da Covid-19 em cada estado. Proporcionalmente em relação ao número populacional, o estado em que houve maior magnitude de casos da doença foi no Espírito Santo, com percentual de 28%, seguido de Roraima e Distrito Federal, com proporção de 26% em relação à população. E ainda no Sul do Brasil, o estado Catarinense, com percentual de 25% de casos registrados em relação ao total de habitantes.

Todavia, quando analisada somente pela perspectiva do número total de casos, destaca-se o Estado de São Paulo com 5,72 milhões (5.718.618) de pessoas infectadas. Esta foi inclusive, a porta de entrada do vírus no país, por meio da chamada grande metrópole (SOUZA; FERREIRA JUNIOR, 2020). Seguido, está o estado mineiro, com 3,63 milhões (3.625.508), e, posteriormente, o Paraná com 2,63 milhões de contágios. Esta é uma evidência plausível, uma vez que estes dois primeiros (SP e MG) são os dois maiores estados populacionais do país. Estes três estados, apresentaram também, as maiores médias mensais de casos: SP (204.236); MG (129.482) e; PR (94.091). Já o caso do Paraná, pode estar associado ao fato de não ter implementado medidas mais rigorosas de distanciamento social (MARTINS; GUIMARÃES, 2022).

As três menores médias mensais de número de casos foram registrados na região norte, nos estados do Acre (4.507), Amapá (5.756) e Roraima (5.831). Cabe ressaltar que embora Roraima tenha uma média baixa de número total de casos, quando analisada na perspectiva proporcional a seus habitantes, o mesmo representa o segundo maior índice de casos no Brasil. Entretanto, há que se lembrar que a população venezuelana advinda do país vizinho também pode interferir nestes resultados, uma vez que os imigrantes também são contabilizados (LIMA *et al.*, 2022). Outro fato que pesa contrariamente na história de gestão da Pandemia em Roraima, diz respeito a baixa imunização de sua população, o que pode apresentar relação com o grande volume de casos, uma vez que o vírus estava circulando livremente. A não-imunização potencializa o risco da doença e surgimento agravantes e novas variantes (LIMA *et al.*, 2022).

A Tabela 4 retrata as evidências encontradas a partir dos dados secundários das fontes públicas, cujas estatísticas demonstram os resultados individuais por estados.

Tabela 4 - Estatística descritiva das variáveis sociais dos Estados na série temporal 03/2020-06/2022

(continua)

Região e Estado		Estatísticas	Magnitude/ Incidência da doença	Mortalidade Covid-19	Vacinas Aplicadas
Norte	Pará	Média	27.960	659	10.689
		D-Padrão	19.467	761	11.569
		Total	782.892	18.463	299.281
		% População	9%	0,21%	3,4%
	Tocantins	Média	11.455	149	2.023
		D-Padrão	9.290	145	2.268
		Total	320.743	4.164	56.648
		% População	20%	0,26%	3,6%
	Amazonas	Média	20.897	506	5.649
		D-Padrão	22.139	742	5.512
		Total	585.103	14.178	158.163
		% População	14%	0,34%	3,8%
	Rondônia	Média	14.897	259	2.311
		D-Padrão	12.572	306	2.685
		Total	417.108	7.246	64.719
		% População	23%	0,40%	3,6%
	Acre	Média	4.507	72	1.175
		D-Padrão	4.665	79	1.285
		Total	126.195	2.004	32.897
		% População	14%	0,22%	3,7%
Amapá	Média	5.756	76	991	
	D-Padrão	5.923	69	1.050	
	Total	161.172	2.140	27.745	
	% População	19%	0,25%	3,2%	
Roraima	Média	5.831	78	693	
	D-Padrão	4.573	74	725	
	Total	163.256	2.176	19.393	
	% População	26%	0,34%	3,1%	
Nordeste	Bahia	Média	56.988	1.085	23.245
		D-Padrão	43.144	1.011	23.272
		Total	1.595.650	30.380	650.860
		% População	11%	0,20%	4,4%
	Piauí	Média	13.308	277	5.966
		D-Padrão	10.942	279	5.887
		Total	372.612	7.764	167.039
		% População	11%	0,24%	5,1%
	Paraíba	Média	22.093	366	6.762
		D-Padrão	18.282	347	6.809
		Total	618.602	10.254	189.340
		% População	15%	0,25%	4,7%
	Maranhão	Média	22.093	389	8.989
		D-Padrão	11.969	378	9.566
		Total	443.241	10.896	251.680
		% População	6%	0,15%	3,5%

Tabela 4 - Estatística descritiva das variáveis sociais dos Estados na série temporal 03/2020-06/2022
(continuação)

Região e Estado		Estatísticas	Magnitude/ Incidência da doença	Mortalidade Covid-19	Vacinas Aplicadas
Nordeste	Pernambuco	Média	15.830	781	15.349
		D-Padrão	27.801	677	15.525
		Total	976.385	21.867	429.763
		% População	10%	0,23%	4,5%
	Ceará	Média	45.850	971	14.167
		D-Padrão	46.666	1.056	14.138
		Total	1.283.799	27.186	396.680
		% População	14%	0,30%	4,3%
	Rio Grande do Norte	Média	45.850	295	5.948
		D-Padrão	16.833	285	5.933
		Total	526.479	8.267	166.556
		% População	15%	0,23%	4,7%
	Alagoas	Média	18.803	248	4.735
		D-Padrão	9.384	211	4.889
		Total	305.248	6.953	132.590
		% População	9%	0,21%	4,0%
Sergipe	Média	11.797	227	3.732	
	D-Padrão	11.446	260	3.906	
	Total	330.327	6.358	104.503	
	% População	14%	0,27%	4,5%	
Centro Oeste	Goiás	Média	53.642	960	11.033
		D-Padrão	34.896	890	11.375
		Total	1.501.978	26.882	308.936
		% População	21%	0,38%	4,3%
	Mato Grosso	Média	27.126	380	5.040
		D-Padrão	20.860	412	5.596
		Total	759.541	10.626	141.121
		% População	22%	0,30%	4,0%
	Mato Grosso do Sul	Média	19.637	525	4.393
		D-Padrão	18.019	543	4.509
		Total	549.847	14.710	123.010
		% População	20%	0,52%	4,4%
	Distrito Federal	Média	28.776	420	5.046
		D-Padrão	25.174	415	5.335
		Total	805.736	11.759	141.284
		% População	26%	0,38%	4,6%
Sudeste	Minas Gerais	Média	129.482	2.234	37.106
		D-Padrão	126.521	2.310	36.801
		Total	3.625.508	62.564	1.038.971
		% População	17%	0,29%	4,9%
	São Paulo	Média	204.236	6.104	101.137
		D-Padrão	132.729	5.335	104.562
		Total	5.718.618	170.907	2.831.822
		% População	12%	0,37%	6,1%
	Rio de Janeiro	Média	83.874	2.648	27.928
		D-Padrão	80.535	1.931	30.019
		Total	2.348.485	74.134	781.992
		% População	14%	0,43%	4,5%

Tabela 4 - Estatística descritiva das variáveis sociais dos Estados na série temporal 03/2020-06/2022
(conclusão)

Região e Estado		Estatísticas	Magnitude/ Incidência da doença	Mortalidade Covid-19	Vacinas Aplicadas
	Espírito Santo	Média	40.299	528	6.899
		D-Padrão	48.057	457	6.956
		Total	1.128.381	14.772	193.164
		% População	28%	0,36%	4,8%
Sul	Paraná	Média	94.091	1.572	20.677
		D-Padrão	93.675	1.651	20.875
		Total	2.634.540	44.014	578.969
		% População	23%	0,38%	5,0%
	Santa Catarina	Média	64.078	787	12.027
		D-Padrão	50.072	821	13.130
		Total	1.794.189	22.029	336.753
		% População	25%	0,30%	4,6%
	Rio Grande do Sul	Média	90.973	1.430	20.092
		D-Padrão	83.250	1.635	19.730
		Total	2.547.247	40.027	562.571
		% População	22%	0,35%	4,9%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Na Tabela 4, um caso específico é observado no comportamento das variáveis no estado do Pará. O mesmo ficou entre as menores proporções de casos e óbitos, mas registrou o menor número de aplicação de vacinas. Isso nos leva a questionar alguns pontos: 1) Houve maior prevenção/isolamento? 2) Porque a vacina não foi fator tão relevante?

Neste caso, uma justificativa é que em virtude da baixa circulação do vírus a “urgência” em vacinar pode ter se tornado menor. Outra explicação, pode ser em virtude da menor circulação de pessoas. A adoção de medidas de paralisação econômica no estado foi demorada, em torno de 50 dias entre a decisão e a paralisação econômica, ou seja, um dos estados que mais demorou a adotar medidas legais, além de estas serem de classificadas como de médio rigor (MARTINS; GUIMARÃES, 2022). Outro estudo, de Souza e Ferreira Junior (2020), que apontou o “caminho do vírus”, identifica a questão geográfica como uma influenciadora, as redes urbanas com maiores, ou menores, fluxos, e principalmente nos pontos de aeroportos e rodovias, o que pode ajudar explicar o caso do Pará. Embora o estado seja o segundo maior e mais populoso da região norte, é um dos estados com melhor distribuição de habitantes por km², cerca de 6,07hab/km² (IBGE, 2019).

A região nordeste, obteve a menor magnitude da doença e óbitos em relação a sua população, e os estados responsáveis por estes melhores resultados são respectivamente: Maranhão (6%), Alagoas (9%) e Pernambuco (10%). Em contrapartida, os maiores números de

óbitos proporcionais ocorreram no Mato Grosso do Sul (0,52%), Rio de Janeiro (0,43%) e Rondônia (0,40%).

Quanto à vacinação, não foram vistas diferenças significativas. Esta evidência também é salientada por Lima *et al.* (2022), em virtude de os estados seguirem a política padrão de imunizações do Ministério da Saúde. No tópico a seguir, de igual forma, as análises são realizadas por estados, porém com foco nas variáveis econômico-financeiras.

5.3 ANÁLISES DAS VARIÁVEIS ECONÔMICO-FINANCEIRAS DOS ESTADOS

Do ponto de vista econômico e financeiro, conforme as medidas de flexibilização adotadas pelos governantes, em cada estado houve consequências distintas.

Por limitações em relação a base de dados foi possível identificar somente os valores totais de auxílio emergencial repassado a população de cada estado, sem identificar a proporção em relação a sua população. A Tabela 5 evidencia as diferenças regionais quanto ao benefício recebido e o comportamento do mercado de trabalho formal no período da Pandemia.

Tabela 5 - Estatística descritiva das variáveis Econômico-financeiras dos Estados na série temporal 03/2020-06/2022

(continua)

Região e Estado		Estatísticas	Gastos públicos com Auxílio emergencial	Admissões	Demissões
Norte	Pará	Média	R\$ 625.598.654,25	28.639	24.430
		D-Padrão	R\$ 767.296.717,57	6.542	4.837
		Total	R\$ 17.516.762.319,00	801.901	684.033
		% População	-	9,2%	7,9%
	Tocantins	Média	R\$ 96.730.399,57	7.097	6.056
		D-Padrão	R\$ 118.282.116,00	1.860	1.449
		Total	R\$ 2.708.451.188,00	198.727	169.571
		% População	-	12,5%	10,7%
	Amazonas	Média	R\$ 291.560.291,07	15.279	13.024
		D-Padrão	R\$ 352.641.244,93	4.217	2.501
		Total	R\$ 8.163.688.150,00	427.820	364.662
		% População	-	10,2%	8,7%
	Rondônia	Média	R\$ 114.321.567,61	9.861	8.969
		D-Padrão	R\$ 134.075.409,22	2.624	1.796
		Total	R\$ 3.201.003.893,00	276.103	251.138
		% População	-	15,4%	14,0%
Acre	Média	R\$ 57.960.016,50	3.008	2.398	
	D-Padrão	R\$ 72.276.913,85	942	705	
	Total	R\$ 1.622.880.462,00	84.237	67.156	
	% População	-	9,4%	7,5%	

Tabela 5- Estatística descritiva das variáveis Econômico-financeiras dos Estados na série temporal 03/2020-06/2022

(continuação)

Região e Estado		Estatísticas	Gastos públicos com Auxílio emergencial	Admissões	Demissões
Norte	Amapá	Média	R\$ 63.634.759,39	2.177	1.872
		D-Padrão	R\$ 75.849.955,79	823	564
		Total	R\$ 1.781.773.263,00	60.949	52.417
		% População	-	7,1%	6,1%
	Roraima	Média	R\$ 44.422.122,04	2.695	2.294
		D-Padrão	R\$ 52.903.013,72	773	624
		Total	R\$ 1.243.819.417,00	75.461	64.223
		% População	-	12,0%	10,2%
Nordeste	Bahia	Média	R\$ 1.079.981.518,50	55.808	48.691
		D-Padrão	R\$ 1.323.991.589,32	14.035	9.309
		Total	R\$ 30.239.482.518,00	1.562.631	1.363.345
		% População	-	10,5%	9,1%
	Piauí	Média	R\$ 240.460.946,36	8.527	7.142
		D-Padrão	R\$ 301.109.914,77	2.454	1.567
		Total	R\$ 6.732.906.498,00	238.769	199.982
		% População	-	7,3%	6,1%
	Paraíba	Média	R\$ 279.220.498,07	12.847	10.839
		D-Padrão	R\$ 346.701.219,20	3.766	2.543
		Total	R\$ 7.818.173.946,00	359.726	303.504
		% População	-	8,9%	7,5%
	Maranhão	Média	R\$ 498.224.706,43	16.035	13.199
		D-Padrão	R\$ 627.746.846,75	3.557	2.572
		Total	R\$ 13.950.291.780,00	448.988	369.577
		% População	-	6,3%	5,2%
	Pernambuco	Média	R\$ 694.942.349,64	37.121	33.578
		D-Padrão	R\$ 844.917.006,77	9.766	7.832
		Total	R\$ 19.458.385.790,00	1.039.380	940.180
		% População	-	10,8%	9,8%
	Ceará	Média	R\$ 649.966.446,61	36.650	31.088
		D-Padrão	R\$ 795.324.339,54	9.601	6.556
		Total	R\$ 18.199.060.505,00	1.026.212	870.458
		% População	-	11,2%	9,5%
	Rio Grande do Norte	Média	R\$ 238.323.362,86	13.702	11.838
		D-Padrão	R\$ 289.859.507,13	3.229	2.151
		Total	R\$ 6.673.054.160,00	383.653	331.453
		% População	-	10,9%	9,4%
	Alagoas	Média	R\$ 233.875.536,39	11.122	9.600
		D-Padrão	R\$ 287.509.270,57	4.615	3.833
		Total	R\$ 6.548.515.019,00	311.406	268.810
		% População	-	9,3%	8,0%
Sergipe	Média	R\$ 164.926.767,18	7.338	6.882	
	D-Padrão	R\$ 201.503.386,92	2.321	1.589	
	Total	R\$ 4.617.949.481,00	205.455	192.686	
	% População	-	8,9%	8,3%	
Centro Oeste	Goiás	Média	R\$ 426.899.509,79	55.710	48.700
		D-Padrão	R\$ 506.125.410,71	14.679	10.298
		Total	R\$ 11.953.186.274,00	1.559.870	1.363.608
		% População	-	21,9%	19,2%

Tabela 5- Estatística descritiva das variáveis Econômico-financeiras dos Estados na série temporal 03/2020-06/2022

					(conclusão)
Centro Oeste	Mato Grosso	Média	R\$ 211.315.876,89	37.140	32.531
		D-Padrão	R\$ 253.455.694,79	9.754	6.628
		Total	R\$ 5.916.844.553,00	1.039.914	910.866
		% População	-	29,5%	25,8%
	Mato Grosso do Sul	Média	R\$ 158.398.386,43	22.012	19.332
		D-Padrão	R\$ 189.263.285,04	6.029	4.271
		Total	R\$ 4.435.154.820,00	616.343	541.288
		% População	-	21,9%	19,3%
	Distrito Federal	Média	R\$ 149.483.632,61	25.667	23.327
		D-Padrão	R\$ 174.945.688,56	6.580	4.313
		Total	R\$ 4.185.541.713,00	718.668	653.154
		% População	-	23,5%	21,4%
Sudeste	Minas Gerais	Média	R\$ 1.144.635.343,00	165.049	148.264
		D-Padrão	R\$ 1.377.435.797,10	39.603	26.597
		Total	R\$ 32.049.789.604,00	4.621.367	4.151.386
		% População	-	21,7%	19,5%
	São Paulo	Média	R\$ 2.352.685.043,79	505.003	463.269
		D-Padrão	R\$ 2.812.224.967,12	113.430	77.790
		Total	R\$ 65.875.181.226,00	14.140.087	12.971.535
		% População	-	30,5%	28,0%
	Rio de Janeiro	Média	R\$ 1.078.626.748,43	97.203	91.136
		D-Padrão	R\$ 1.270.665.830,12	25.573	15.470
		Total	R\$ 30.201.548.956,00	2.721.678	2.551.816
		% População	-	15,7%	14,7%
	Espírito Santo	Média	R\$ 237.669.137,71	31.029	27.754
		D-Padrão	R\$ 283.137.024,26	8.044	5.467
		Total	R\$ 6.654.735.856,00	868.818	777.119
		% População	-	21,4%	19,1%
Sul	Paraná	Média	R\$ 581.520.582,36	118.467	108.810
		D-Padrão	R\$ 698.483.551,09	28.610	19.600
		Total	R\$ 16.282.576.306,00	3.317.073	3.046.690
		% População	-	28,8%	26,5%
	Santa Catarina	Média	R\$ 306.400.818,96	106.524	96.969
		D-Padrão	R\$ 367.713.303,30	27.867	18.420
		Total	R\$ 8.579.222.931,00	2.982.679	2.715.143
		% População	-	41,1%	37,4%
	Rio Grande do Sul	Média	R\$ 521.576.107,79	98.116	91.816
		D-Padrão	R\$ 617.630.014	25.302	16.576
		Total	R\$ 14.604.131.018,00	2.747.250	2.570.846
		% População	-	24,1%	22,5%

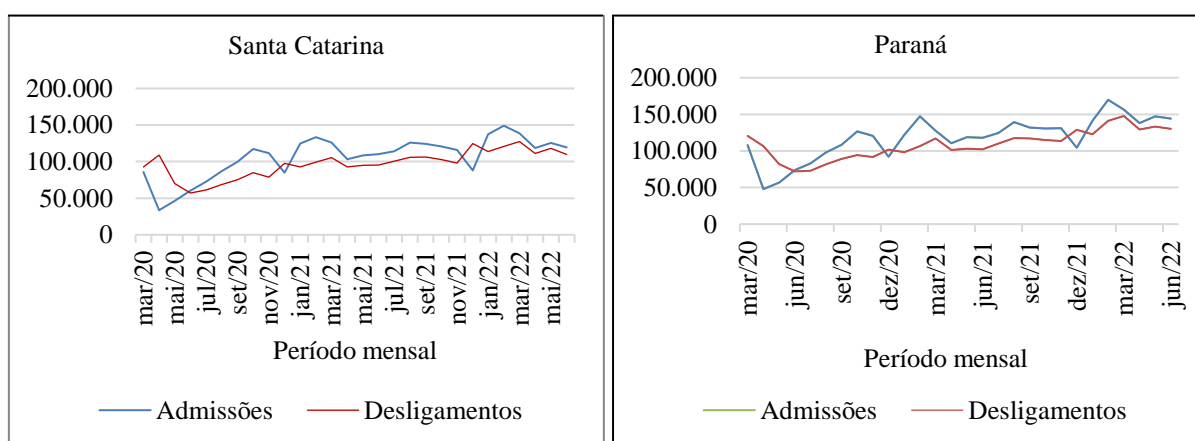
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme exposto na Tabela 5, o maior volume de repasses foi destinado à São Paulo, 65,9 bilhões de reais, seguido de Minas Gerais, com 32 bilhões, e Bahia, com 30,2 bilhões de

reais de auxílio emergencial. Os dois primeiros são naturalmente maiores em valores reais devido ao maior número populacional. A Bahia, é o quarto estado no ranking dos maiores do Brasil (IBGE, 2019), com população de 14,93 milhões de habitantes e foi o terceiro estado que mais demandou recursos do auxílio emergencial. Em breve comparação, foi destinado aos baianos cerca de R\$ 2.025,33 por habitante no período estudado, enquanto que para mineiros R\$ 1.505,20 e aos paulistas R\$1.423,12. Ainda nesta mesma ótica, outros dois estados se destacam: Amapá, com valor de R\$ 2.067,57/habitantes e, Piauí R\$ 2.051,79 por habitante. Ou seja, em geral, a região norte e nordeste exigiram maior atenção financeira governamental à sua população que as demais regiões.

O valor elevado destas regiões pode ter associação com o número baixo de admissões de trabalho. A região norte e nordeste foram as que menos admitiram trabalhadores com registro formal de trabalho: Amapá, Piauí, Paraíba, Maranhão e Sergipe com índice de 7% a 9% em relação a população de cada estado. O estado do Amapá, por exemplo, teve altos valores de benefícios e as menores contratações do período. Por sua vez, índices mais satisfatórios de contratações foram percebidos na região centro oeste, sudeste e sul, como mostram as Figuras 15 e Figura 16.

Figura 15 - Estados com maiores índices de admissões de trabalho formal – Região Sul



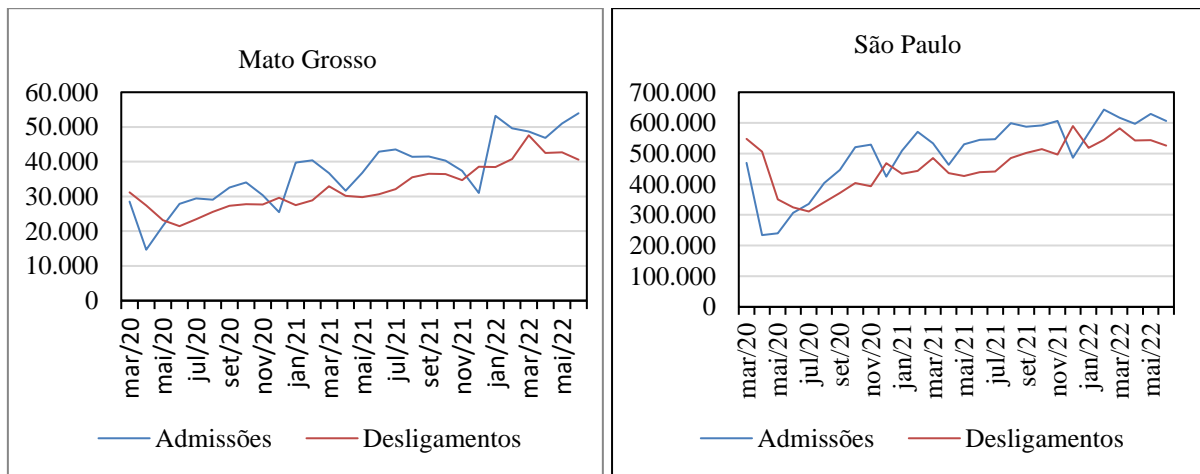
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O nível de contratações de trabalhadores de Santa Catarina, exposto na Figura 15, foi o maior registrado no estudo, 41%, da mesma forma que também foi o que apresentou a maior proporção de demissões (37,4%). Este foi um estado que apresentou alto rigor de

distanciamento social no início da Pandemia (MARTINS; GUIMARÃES, 2022). Contudo, a partir do primeiro mês de Pandemia já houve queda nas demissões. Posteriormente, se observou um crescimento constante entre admissões e demissões, com maior intensidade de demissões a partir de janeiro de 2022.

O estado de São Paulo, segundo melhor em nível de admissões, registrou cerca de 30,5% de contratações em relação a seus habitantes, mas também foi o segundo que mais demitiu (28%), conforme exposto na Figura 16.

Figura 16 - Estados com maiores índices de admissões de trabalho formal – Região Centro Oeste e Sudeste



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O Paraná, evidenciado na Figura 15, foi o terceiro estado com níveis de contratação elevados (28,8%) e, 26,5% de desligamentos dos postos de trabalho. Já os percentuais do Mato Grosso (Figura 16), apresentou 29,5% de admissões e 25,8% de desligamentos. Os maiores volumes de desligamentos aconteceram na fase inicial da Pandemia, de março de 2020 a maio de 2022, e posteriormente de agosto de 2021 a julho de 2022, com tendência ascendente neste último ano citado.

O tópico a seguir apresenta as evidências que asseguram os resultados do modelo, traduzidos por meio das análises econométricas.

5.4 ANÁLISE ECONOMÉTRICA

A partir dos testes indicativos realizados foi rodado o modelo de regressão em painel, considerando a aplicação do teste de Efeitos-Aleatórios (GLS) e Erros padrões robustos (HAC), utilizando 756 observações em 27 unidades de corte transversal, que representam os estados brasileiros na série temporal de 28 meses, no recorte de março de 2020 até o primeiro semestre de 2022. A variável dependente considerada são os casos, ou seja, a magnitude da doença. A Tabela 6 evidencia os resultados que sustentam a proposta do estudo.

Tabela 6 - Resultados da estimação da regressão em painel do modelo de estudo pelo método de Efeitos Aleatório por meio de Erros Padrão Robusto (HAC) com variável dependente magnitude da doença no período de 03/2020 a 06/2022

Variáveis	Coefficiente	P-valor (Significância)
Constante	14884,2	1,75***
Mortalidade	19,34	4,78
Vacinas	-0,16	0,0020 ***
Auxílio emergencial	-5,72	6,82 ***
Admissões	0,52	1,34***
Desligamentos	-0,28	1,32 ***
R ² ajustado = 0,405		

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nota: Valores com três asteriscos (***) denotam coeficientes significativos ao nível de 1%.

Verificando a relação entre as variáveis, conforme a Tabela 6, é possível constatar que há significância estatística entre a variável dependente e as independentes. Assim, a significância menor que 0,001 permite a análise do coeficiente de relação entre as variáveis, que é estatisticamente significativo. Portanto, a relação entre a magnitude da doença, o número de óbitos, o número de vacinas aplicadas, a necessidade de aquisição do auxílio emergencial, e, a alta/baixa dos empregos formais dá sustentação ao que foi proposto na hipótese do estudo.

O coeficiente mais indicativo do estudo foi o de mortalidade, ou número de óbitos por Covid-19. A relação diretamente proporcional indica que maiores números de casos levaram a maiores níveis de óbitos. Com base nesses resultados, é possível inferir que, no caso brasileiro do período estudado, os estados que tiveram mais casos de Covid-19 tiveram também mais mortes, pois maiores exposições causaram mais mortes. Em fase inicial da Pandemia haviam suposições que defendiam a chamada “imunidade de rebanho” (KALLÁS et al., 2022; SIQUEIRA et al., 2022), que defendia a ideia que as pessoas a partir do contato com vírus passariam a adquirir imunidade. Entretanto, isso levou a um número maior de mortes no período analisado dentro do caso brasileiro.

Além disso, a relação inversamente proporcional demonstrada na variável vacinas, evidencia que a vacina salvou mais vidas, pois locais com maiores números de vacinação tiveram menos casos, e em locais que menos vacinaram houve aumento de casos. Assim, a verdadeira imunidade só veio mesmo com a vacina, que comprovadamente diminuiu a circulação do vírus, impactando diretamente na diminuição da taxa de mortes, dados que corroboram com (SIQUEIRA *et al.*, 2022).

Em relação ao benefício do auxílio emergencial, também com relação inversamente proporcional no resultado, observou-se que locais onde houve maiores valores de benefício pago, houve a diminuição de casos. O programa do auxílio emergencial foi importante para manter a população neste período, possibilitando que pudessem ficar em segurança, sem necessidade de exposição ao vírus. Quanto menos pagamentos do benefício, mais houve casos da doença, pois a população circulou mais.

Ainda no cenário econômico-financeiro, considerando as contratações no mercado de trabalho, onde havia mais pessoas trabalhando, ocorreram mais casos de contaminação. Por outro lado, quanto mais desligamentos dos cargos de trabalho, menor a proporção de casos da doença. Ou seja, com o *lockdown*, a diminuição da renda das pessoas, diminuição da procura dos produtos as empresas tiveram que se adaptar, demitir funcionários, visando controlar mais seus custos com a redução das atividades (MAHAGAMAGE; MARASINGHE, 2023). Com as demissões, e sem trabalhar, diminuiu a circulação das pessoas e conseqüentemente, houve redução no número de casos.

A partir dos resultados foi possível constatar que entre todas as variáveis analisadas, em ordem de importância, o auxílio emergencial foi o que mais reduziu o número de casos da doença. Em segundo, os desligamentos e, por último, as vacinas.

Por fim, o R^2 ajustado do modelo da regressão em painel apresentou o valor de 0,405234. O valor é satisfatório, pois demonstra que a capacidade de explicar o tema com estas variáveis utilizadas foi de 40,52%. Assim, admite-se que, as seis variáveis inseridas no estudo dos estados captam a relação dos impactos da Pandemia nestas regiões brasileiras.

5.5 IMPLICAÇÕES: EFEITOS DA GOVERNANÇA NA PANDEMIA

A partir da revisão e análise dos estudos empíricos sobre modelos de governança, melhores práticas para desenvolver uma boa governança, bem como fatores que são relevantes

ao pensar e praticar a mesma, visando alcançar os melhores resultados no desempenho desta, o estudo identifica um panorama quanto à situação vivenciada durante esta crise.

O modelo de governança adotado no Brasil não foi propriamente instituído por um ou outro órgão, mas diante da ausência decisória e impositiva da União, da divergência de ideias entre os diferentes níveis governamentais e de decisão técnico e científico, as decisões de gestão em grande parte passaram a ser regionalizadas. Após um mês sob orientação do Ministério da Saúde, e início das flexibilizações, o mesmo delega a gestão às unidades federativas (MARTINS; GUIMARÃES, 2022). Assim, a falta de políticas nacionais conduziu estados e municípios a elaborar suas próprias medidas de saúde pública (KERR *et al.*, 2020).

Desta forma, cada região optou por decisões mais adequadas a sua realidade momentânea. Algumas foram pautadas por orientação técnica, como o Ministério da Saúde que em muitas vezes cedeu à pressão da União para evitar fechamentos, ou ainda, por orientação da própria OMS que pressionava pelo isolamento social. Outras regiões utilizaram modelos de medição e controle que orientaram as decisões, como foi o caso do Rio Grande do Sul, que se destacou por criar um modelo técnico de apoio a decisão, observando a realidade de cada região do estado para aplicar as medidas pré-estabelecidas. Na ótica de Martins e Guimarães (2022), o posicionamento e as medidas legais das Unidades Federativas - UF foram essenciais para ditar e orientar o comportamento da sua população.

No entanto, mesmo com vários estados (21) tendo implementado planos de flexibilização, o que se observou, tanto nacionalmente quanto internacionalmente, é que após a retorno precoce, havia novas ondas, e só o sistema de distanciamento flexível não era capaz de conter a Pandemia (MARTINS; GUIMARÃES, 2022). Assim, a alternativa momentânea associada ao distanciamento foi a testagem (LIMA *et al.*, 2022), enquanto se aguardava pela longa espera pela vacina.

Aliás, no campo da corrida da vacina, o Brasil demonstrou ineficiência, ações descoordenadas, uma vez que alguns estados buscavam isoladamente atender sua demanda regional e, a gestão federal não promoveu ações concretas que viabilizassem a agilização do processo. Houve politização da gestão da Pandemia (SENHORAS, 2021). E assim, não houve um processo coordenado do país na compra de imunizantes. Com base, no que foi visto da literatura sobre governança, sobre a gestão da Pandemia, e ainda, das evidências quantitativas, este destaca-se como o ponto mais crítico da governança. A chegada antecipada da vacina poderia ter evitado grandes impactos sociais, como o número de mortes e também nos impactos acentuados no mercado de trabalho que iniciaram em meados de abril de 2021. Enquanto diversos países iniciaram a vacinação em 8 dezembro de 2020 (SENHORAS, 2021), o Brasil,

a passos lentos, iniciou em 18 de janeiro de 2021, mas somente em abril deste mesmo ano que começou a vacinar de maneira significativa, quando estava no pico da curva de óbitos. Ou seja, foi uma ação tardia. Porém, situação pior foi evidenciada nos países mais pobres, onde a chegada da vacina foi ainda mais tardia, como foi o caso dos países Africanos (ALTINDIS, 2022). Com a elevação dos óbitos neste período, o mercado de trabalho também sofre impactos, pois há o crescimento das demissões dos postos de trabalho formal no país.

Por outro lado, há um ponto positivo na gestão da Pandemia, ou ao menos, que ajudou a amenizar parte dos efeitos. A União, de acordo com as decisões dos três poderes, ficou responsável por garantir uma renda mínima de subsistência à população vulnerável e limitada de exercer suas atividades laborais, o benefício do auxílio emergencial.

Neste aspecto, conforme evidências econométricas do estudo, esta ação foi importante na gestão da Pandemia, a gestão federal em comum acordo entre os três poderes, foi assertiva nesta decisão. Esta ação foi importante tanto para manutenção dos trabalhadores e das famílias quanto para amenizar os impactos econômicos de longo prazo (HECKSHER; FOGUEL, 2022). Além disso, do ponto de vista social, o programa ajudou principalmente a população mais pobre, que é a classe social que necessita de maior atenção. Como evidenciado por Carvalho (2022), maiores demissões de trabalho ocorreram nos setores de menor remuneração, enquanto que os trabalhadores com salários relativamente mais elevados permanecerem em suas ocupações. Assim, os mais impactados pela Pandemia, considerando os diversos fatores analisados foi de fato a classe mais pobre.

Quanto à participação dos diferentes atores nas decisões de governo, repetidamente sugerido na literatura sobre governança pública (BUTA; TEIXEIRA, 2020; KLIJN; SKELCHER, 2007; KUHLMANN *et al.*, 2021; SKELCHER; MATHUR; SMITH, 2005; RHODES, 2000), a experiência brasileira é vista sob aspecto nebuloso e controverso. O país teve, desde 2019, uma redução dos mecanismos de participação social, por meio do Decreto 9.759/2019, o que impossibilitou a participação da sociedade civil nas decisões de gestão da crise, mantendo somente casos previstos em lei. Ou seja, decisões tomadas as pressas, como forma de amenizar impactos, mas que não tiveram a participação dos atores sociais, das comissões e colegiados de áreas afetadas. Há um trabalho a ser feito visando reconstruir a democracia e a participação social como solucionadores de problemas (SILVA; SOARES, 2022). Mas para que isso aconteça, a governança pública e também a transparência, é necessário dispersar e desfragmentar o poder na sociedade e permitir a inclusão e participação social (BUTA; TEIXEIRA; 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação do evento da Pandemia no cenário mundial foi/é notória, e segue sendo observada dia após dia. Diante disso, o estudo objetivou analisar os impactos sociais e econômicos da Pandemia sob a ótica da governança pública.

Como brasileiros, como pesquisadores, como estudantes, como trabalhadores, como cidadãos, todos se perguntam se a Pandemia poderia ter sido melhor gerida, ou, se os resultados são os que foram possíveis de serem alcançados. O fato é que nenhum país no mundo estava preparado para gerir uma crise de tamanha escala. O que evidencia a real necessidade de se criar mundialmente comitês especializados em gestão de crise, que possuam capacidade técnica, conhecimento, mas também experiência. Gestores de outras crises, sejam elas mundiais, como regionais, também são peças relevantes na construção de um modelo de governança de crise. No Brasil, houve diversas crises, assim algumas experiências podem servir de lição. Apoiada na literatura, e outras experiências observadas, conforme destacou Kuhlmann *et al.* (2021), a capacidade de organização e mobilização dos diferentes atores, das instituições técnicas e especializadas e a experiência profissional, foram os destaques na gestão e enfrentamento da crise.

O fato é que, crises precisam ser geridas, sejam elas com uma única linha, ou de diversas ramificações, como a atual crise do coronavírus que afetou, saúde, economia e todos os setores da sociedade. Essa crise foi gerida de maneira regionalizada, com muitas decisões sendo tomadas por parte dos governantes dos Estados, individualizando cada decisão. Houve pontos positivos relativos à adequação da realidade local, entretanto, quando se fala de decisões de maior peso e amplitude, como aquisição de vacinas e benefícios assistenciais, houve falta de posicionamento de gestão, de uma governança a nível nacional.

Embora muitos estudos de governança retratam o poder de influência que se sobressai no exercício da função pública, o que se observou no país foi uma ausência de poder, que limitou e retardou a volta “ao normal”, pois sem vacinas grande parte da população permaneceu isolada. O Brasil, em relação a outros países, perdeu na corrida pela vacina, demorou mais para imunizar a população e conseqüentemente, teve picos elevados de óbitos, os quais poderiam ter sido evitados. Neste ponto, a regionalização da Pandemia foi negativa, pois as governanças locais não tiveram poder considerável de atuação.

Ademais, outra perspectiva importante em relação a governança diz respeito a indicadores, a transparência, informação e avaliação sobre a gestão. O que se observou no país

é que notoriamente houve um decréscimo quanto a sua transparência, com informações precárias em alguns estados, principalmente na região norte, e também por parte da União. A guerra da informação, da desinformação, e da *fake news* ganharam visibilidade na mídia e nas discussões dos agentes públicos na busca de soluções para este problema. A informação não divulgada pela gestão pública, deu margem a criação de novas redes distintas de governança, que passaram a desenvolver alternativas para visualizar e divulgar os dados. Neste ponto, os modelos de governança democráticos e inclusivos foram de fundamental importância, demonstrando ser possível extrair experiências e lições construtivas diante do caos. O caos que obriga a buscar alternativas diante da necessidade e da pressão social, destaca novos líderes, novas descobertas, abre caminho para novos horizontes.

6.1 LIMITAÇÕES

O acesso aos dados públicos apresentou uma ótica deficitária, uma vez que há muitas inconsistências em dados, séries incompletas, ausência de dados, ou formatos que inviabilizam ou dificultam sua utilização. A transparência não sendo realizada em sua amplitude e, muitas vezes, interrompida no acesso por *link* de um caminho eletrônico a outro, seja por falta de acesso ou inexistência de dados, são problemas comuns nas plataformas públicas.

Indicadores socioeconômicos IBGE com séries históricas estaduais limitadas, ou desatualizadas, que impossibilitam análises e comparações com outras fontes de dados no sentido de fornecer maior precisão e segurança aos achados no estudo. Além disso, as bases de dados públicos da união e dos estados, em partes, não dispõem de informações específicas e claras, exigindo do cidadão um nível de entendimento técnico para poder interpretar, tratar e usufruir desses dados, principalmente em relação às séries históricas.

Neste sentido, embora os dados relacionados aos casos da Pandemia tenham sido uma notória conquista quanto a política de transparência, muito se deve aos esforços dos sistemas de saúde e aos estados que fizeram o controle e disponibilizaram continuamente, o qual possibilitou que se formasse a base unificada do Covid Saúde.

O presente estudo ficou limitado a um período de tempo, não podendo ser levantadas maiores inferências para períodos completos da Pandemia, visto que quando realizado ainda faltavam atualizações dos dados e oficialmente ainda não decretado o fim da mesma. Assim, a principal limitação deste estudo resulta da problemática de disponibilidade dos dados.

6.2 ESTUDOS FUTUROS

Como este estudo ficou limitado no tempo, sugere-se a realização do estudo considerando o tempo total de Pandemia. Além disso, outras variáveis podem ser incorporadas no estudo para torná-lo mais robusto, em ambas as categorias, pois se sabe que houve impactos nos mais diversos aspectos, sobretudo, que estes impactos serão sentidos a longo prazo na sociedade e na economia.

Embora este estudo tenha demonstrado uma significância das variáveis, existem ainda muitas outras possibilidades a serem exploradas e lacunas de pesquisa a serem preenchidas. O mundo ainda está vivendo esta crise e pouco se pode afirmar sobre ela diante de tamanha amplitude, principalmente em relação a sua gestão. O método e as variáveis escolhidas, traduzem resultados aproximados da realidade desses fenômenos, assim estudos futuros podem comparar resultados e ampliar a discussão deste evento que trouxe grandes transformações para o Brasil e o mundo.

Além disso, a partir das evidências apontadas no estudo, sugere-se fazer uma análise da literatura existente comparando com evidências de outros países, sejam os países emergentes – BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), ou ainda, as evidências dos países latino-americanos. A perspectiva disso seria analisar problemas e soluções que possam ser eficientes para os países em mesmo nível de ascensão, bem como aos países vizinhos ao Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Wanessa da de et al. Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a Pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p.1-14, 2021. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200105>
- ALTINDIS, Emrah. Inequitable COVID-19 vaccine distribution and the intellectual property rights prolong the pandemic. **Expert review of vaccines**, v. 21, n. 4, p. 427-430, 2022. <https://doi.org/10.1080/14760584.2022.2014819>
- ANDRADE, Carlos Henrique Coelho de. **Manual de introdução ao pacote econômico Gretl**. 2013. Disponível em: https://www.ufrgs.br/ppge/wp-content/themes/PPGE/page/textos-para-discussao/pcientifica/2013_12.pdf. Acesso em 30 set. 2021.
- ÁLVARES, Laís Botelho Oliveira. Direito econômico e políticas públicas urgentes: um estudo de caso sobre estratégias econômicas aplicadas à crise do Coronavírus. In **Medidas de emergência na administração pública**, Mato Grosso, p.2-30, 2020.
- ARIA, Massimo.; CUCCURULLO, Corrado. Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959-975, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>.
- ARIA, Massimo.; CUCCURULLO, Corrado. **Bibliometrix: Comprehensive Science Mapping Analysis**. 2021. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=bibliometrix>. Acesso em 31 de 1go. 2021.
- BANCO MUNDIAL. World Development Report 2022: Finance for an equitable recovery. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022>. Acesso em: 02 jan. 2023.
- BELL, Stephen.; HINDMOOR, Andrew.; MOLS, Frank. Persuasion as governance: A state-centric relational perspective. **Public Administration**, v. 88, n. 3, p. 851-870, 2010.
- BEVIR, Mark.; RHODES, Raw; WELLER, Patrick. Traditions of governance: interpreting the changing role of the public sector. **Public Administration**, Oxford, v. 81, n. 1, p. 1-17, 2003. <https://doi.org/10.1111/1467-9299.00334>
- BLUSTEIN, David L. et al. Unemployment in the time of COVID-19: A research agenda. **Journal of Vocational Behavior**, v. 119, p. 103436, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2020.103436>
- BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 70-A, p.5, 11 abr., 2019. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/04/2019&jornal=600&pagina=5&totalArquivos=17>
- BRASIL. Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública,

nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 55-c, p.1, 20.mar. 2020a. Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/03/2020&jornal=602&pagina=1>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020**. Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de Pandemia. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc106.htm. Acesso em: 17 de set. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020**. Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF, 2020c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp173.htm. Acesso em 17 de set. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Nota Técnica nº 12774/2020/ME**. Contabilização de Recursos Destinados ao Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (COVID-19). Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022. Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 75, p. 1, 22 abr. 2022. Seção 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-913-de-22-de-abril-de-2022-394545491>. Acesso: em 12. out. 2022.

BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Revista Organizações & Sociedade** V 27, n.94, p.370-395, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9270941>

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a Pandemia – Resultados da PNAD Contínua do terceiro trimestre de 2021. In: SILVA, Sandro Pereira da; CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; COSTA, Joana Simões de Melo (Org.). **Impactos da Pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil. 2022**. Brasília: IPEA, 2022. p.433-458. ISBN 978-65-5635-042-4.

COUTINHO, Doris de Miranda. **Finanças públicas: travessia entre passado e o futuro**. São Paulo: Editora Blucher, 2018. E-book. ISBN 9788580393415. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580393415/>. Acesso em: 25 set. 2020.

DA CRUZ, Nuno Ferreira; MARQUES, Rui Cunha. Mixed companies and local governance: no man can serve two masters. **Public Administration**, v. 90, n. 3, p. 737-758, 2012.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Pública: aspectos atuais e perspectivas para atualização**. São Paulo: Atlas, 2017. E-book. ISBN 9788597013382. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013382/>. Acesso em: 17 set. 2020.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Políticas Públicas e Governo local. **Enap**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3840/1/PPGL_M%C3%B3dulo%20%20-%20Planejamento%20Municipal.pdf. Acesso em: 07, out. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. Do original em francês: Surveiller et punir.

GREENE, William. H. **Econometric analysis**. 6 ed. New Jersey: Prentice Hall, 2008

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONZÁLES, Julio E. Moreno; PASTRANA, Ailyn Martín; ALONSO, Patricia Pérez. ¿Qué dicen las publicaciones científicas de la relación entre demografía y COVID-19? Análisis de las principales tendencias en investigaciones científicas, a partir de su relación con las variables demográficas fecundidad, mortalidad y migración. **Boletín InfoPob**. Edición Especial COVID-19, Centro de Estudios Demográficos (CEDEM), de la Universidad de La Habana. n. 3, pp. 14- 21, 7 de abr. 2021.

HAIR JR, Joseph; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ANDERSON, Rolph; TATHAM, Ronald. **Análise multivariada de dados**. 6 ed E-book. Porto Alegre: Bookman, 2009. ISBN 9788577805341. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788577805341/pageid/1>. Acesso em 30. set. 2021.

HECKSHER, Marcos; FOGUEL, Miguel N. Benefícios emergenciais aos trabalhadores informais e formais no Brasil: estimativas das taxas de cobertura combinadas da Lei nº 13.982/2020 e da Medida Provisória nº 936/2020. In: SILVA, Sandro Pereira da; CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; COSTA, Joana Simões de Melo (Org.). **Impactos da Pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil. 2022**. Brasília: IPEA, 2022. p.529-542. ISBN 978-65-5635-042-4.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION- ILO. A global survey of enterprises: Managing the business disruptions of COVID-19. **International Labour Office**, Geneva: ILO, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---act_emp/documents/publication/wcms_760306.pdf

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR MANAGEMENT DEVELOPMENT -IMD. IMD World Competitiveness Booklet 2022. International Institute For Management Development: Lausanne, Suíça, 2022. Disponível em <https://www.imd.org/centers/world-competitiveness-center/rankings/world-competitiveness/>. Acesso em: ago, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e estados. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 03 maio, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIDRA**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8513#resultado>. Acesso em: 02 dez 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal do IBGE**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=34172%2522IBGE%2520-%2520Pesquisa%2520Nacional%2520por%2520Amostra%2520de%2520Domic%25C3%25ADlios%2520Cont%25C3%25ADnua%2520mensal%2522&t=destaque>. Acesso em: 02 dez 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **IPEA-DATA**. Indicador IPEA de Inflação. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 02 dezembro 2022.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University**. 2022. Disponível em: <https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/dashboards/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso em: 22 out. 2022.

KALLÁS, Lucas Silva et al. Evolução temporal dos resultados de exames de neutralização para Sars-Cov-2 em um serviço do município de São Paulo. **The Brazilian Journal of Infectious Diseases**, v. 26, p. 102598, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.bjid.2022.102598>

KERR, Ligia et al. COVID-19 no Nordeste brasileiro: sucessos e limitações nas respostas dos governos dos estados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4099-4120, 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28642020>

KHALATBARI-SOLTANI, Saman et al. Importância da coleta de dados sobre determinantes socioeconômicos desde o estágio inicial do surto COVID-19. **J Epidemiol Community Health**, v. 74, n. 8, p. 620-623, 2020.

KRAMER, Amit.; KRAMER, Karen Z. The potential impact of the Covid-19 pandemic on occupational status, work from home, and occupational mobility. **Journal of Vocational Behavior**, v. 119, 103442, 2020. ISSN 0001-8791. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2020.103442>.

KLIJN, Erik-Hans; SKELCHER, Chris. Democracy and governance networks: compatible or not?. **Public administration**, v. 85, n. 3, p. 587-608, 2007.

KUHLMANN, Sabine; RAMBERG, Ulf; HELLSTRÖM, Mikael; REITER Renate. Tracing divergence in crisis governance: responses to the COVID-19 pandemic in France, Germany and Sweden compared. **International Review of Administrative Sciences**, v.87, n.3, p.556-575, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0020852320979359>.

LAVAL, Christian. A Pandemia de Covid-19 e a Falência dos Imaginários Dominantes. **Mediações**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 277-286, mai-ago. 2020. DOI: 10.5433/2176-6665.2020.2v25n2p277.

LIMA, Meiriany Arruda; RODRIGUES, Robson de Sousa; DELDUQUE, Maria Célia. Vacinação contra a Covid-19: avanços no setor da saúde no Brasil. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 11, n. 1, p. 48-63, 2022. <https://doi.org/10.17566/ciads.v11i1.846>

LINDSAY, Colin.; OSBORNE, Stephen P.; BOND, Sue. The new public governance and employability services in an era of crisis: Challenges for third sector organizations in Scotland. **Public Administration**, v. 92, n. 1, p. 192-207, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/padm.12051>

LOWNDES, Vivien; SKELCHER, Chris. The dynamics of multi-organizational partnerships: an analysis of changing modes of governance. **Public Administration**, Oxford, v. 76, n. 2, p. 313-333, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9299.00103>.

MAGGETTI, Martino.; TREIN, Philipp. Multilevel governance and problem-solving: Towards a dynamic theory of multilevel policy-making? **Public Administration**, v. 97, n. 2, p. 355-369, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/padm.12573>.

MAHAGAMAGE, Yohan.; MARASINGHE, Kalpani. The socio-economic effects of covid-19. *Saúde e Sociedade*, v. 32, n. 1, p. e200961en, 2023. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022200961en>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Atualização da ed. João Bosco Medeiros. 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/38\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml17\]!/4/4/2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/38[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml17]!/4/4/2). Acesso em: 30. set. 2021.

MARTIN, Graham P. The third sector, user involvement and public service reform: A case study in the co-governance of health service provision. **Public Administration**, v. 89, n. 3, p. 909-932, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2011.01910.x>.

MARTÍNEZ-CÓRDOBA, Pedro José; BENITO, Bernardino; GARCÍA-SÁNCHEZ, Isabel Maria. Efficiency in the governance of the Covid19 pandemic: political and territorial factors. **Globalization and Health**, v. 17, n. 1, p. 1-13, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12992-021-00759-4>.

MARTINS, Thalyta Cassia de Freitas; GUIMARÃES, Raphael Mendonça. Distanciamento social durante a Pandemia da Covid-19 e a crise do Estado federativo: um ensaio do contexto brasileiro. *Saúde em Debate*, v. 46, p. 265-280, 2022. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E118>

MARQUES, Euvaldo. **Finanças Públicas - Administração Financeira e Orçamentária**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502621916. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502621916/>. Acesso em: 23 set. 2020.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 4, pp. 647-668, outubro-dezembro, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3200>

MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 61-82, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000100004>.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual da gestão pública contemporânea**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024753/>. Acesso em 19, set. 2020.

MESQUITA, Rafael; FERNANDES, Antônio Alves Tôrres; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Uma introdução à regressão com dados de painel. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v.29 n.1, p. 434-507, jul. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Registros de Vacinação COVID19 - Dados Completos. Open DataSus. Disponível em: <https://opendatasus.saude.gov.br/dataset/covid-19-vacinacao/resource/301983f2-aa50-4977-8fec-cfab0806cb0b>. Acesso em 02 out. 2022.

MINISTERIO DA SAÚDE. **COVID 19: Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 02 out. 2022

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Novo CAGED**. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 02 dezembro 2022.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão pública**. 3º ed. Saraiva, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502220409/>. Acesso em: 18 set. 2020.

NAQVI, Asjad. COVID-19: Visualizing regionalsocioeconomic indicators for Europe. **International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA)**, Laxenburg, Austria, p.1-16, may. 2020. Disponível em: https://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/16439/1/IIASA_COVID_Maps.pdf. Acesso em: 26. set. 2021.

NERI, Marcelo. Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia - Sumário Executivo. **FGV Social**. Rio de Janeiro, RJ, 2021. Disponível em: <https://cps.fgv.br/FelicidadeNaPandemia>. Acesso em: 23 set. 2021.

NERI, Marcelo.; HECKSHER, Marcos. Jovens: Percepções e Políticas Públicas. **FGV Social**. Rio de Janeiro, RJ, Jun.de 2021, 50 páginas - Parte integrante do Projeto Atlas das Juventudes. Disponível em: <https://cps.fgv.br/JovensPercebe>. Acesso em: 23 set. 2021.

NICOLA, Maria. et al. The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): A review. **International Journal of Surgery**. Volume 78, p. 185-193, Jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijssu.2020.04.018>

PECI, Alketa; AVELLANEDA, Claudia Nancy; SUZUKI, Kohei. Governmental responses to COVID-19 Pandemic. **Revista de Administração Pública** [online]. V. 55, n. 1, pp. 1-11, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220210023>. Acesso em: 14 set. 2021.

PLATT NETO, Orion Augusto; CRUZ, Flávio da; ROLIM ENSSLIN, Sandra; ENSSLIN, Leonardo. Publicidade e transparência das contas públicas. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan. /mar. 2007.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Detalhamento dos Benefícios ao Cidadão. Disponível em: <https://www.portaldatransparencia.gov.br/beneficios/consulta?paginacaoSimples=false&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2020&ate=31%2F07%2F2022&tipoBeneficio=6&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2ClinguagemCidada%2CmesAno%2Cvalor>. Acesso em 03 set. 2022.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes. Precisamos evoluir em transparências? Uma análise dos estados brasileiros na divulgação de informações sobre a COVID-19. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, v. 14, n. 39, p. 3725-3739, 2020.

RHODES, Raw.A. Governance and public administration. **Debating governance**, v. 5490, 2000.

ROCHA, Arlindo Carvalho. Accountability na administração pública: modelos teóricos e abordagens. **Contabilidade Gestão e Governança**, v. 14, n. 2, 2011.

ROSEN, Harvey; GAYER, Ted. **Finanças Públicas**. Tradução Rodrigo Dubal. 10 ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. E-book. ISBN 9788580555011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555011/>. Acesso em 23. set. 2020.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria Baptista **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Tradução: Daisy Moraes. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Jaedson. Gome dos; MOTA, Flavio Perazzo. B. A transparência governamental em tempos de Covid-19: reflexões do quadro brasileiro. **Gestão e Sociedade**, [S. l.], v. 14, n. 39, p. 3716–3724, 2020. DOI: 10.21171/ges.v14i39.3288. Disponível em: <https://ges.emnuvens.com.br/gestaoesociedade/article/view/3288>. Acesso em: 24 set. 2021.

SENHORAS, Elói Martins. M. O campo de poder das vacinas na Pandemia da Covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 6, n. 18, p. 110–121, 2021. <https://orcid.org/0000-0002-4202-3855>

SIQUEIRA, Priscila C. *et al.* Limiar de imunidade de rebanho para SARS-CoV-2 e efetividade da vacinação no Brasil. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 48, 2022.

SILVA, Paulo Celso; SOARES, Fernanda Brugnerotto. Participação popular e democracia. O local e o global vividos ao sul de nuestra America. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n.9, p.148-163, 2022. <https://doi.org/10.25965/trahs.5093>

SOHRABI, Catrin et al. World Health Organization declares global emergency: A review of the 2019 novel coronavirus (COVID-19). **International Journal of surgery**, v. 76, p. 71-76, 2020.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de; FERREIRA JÚNIOR, Dionel Barbosa. Rede urbana, interações espaciais e a geografia da saúde: análise da trajetória da Covid-19 no estado do Pará. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 18, 2020. <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.13146>

SCUDELER, M.; AMARAL, A.F.C.; OLIVEIRA, J.P.D.P. Trabalho e fiscalidade em tempos de crise pandêmica: Regulação legal excepcional no Brasil e na Europa. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**. 17 ed. pp. 368-411, 2020.

SKELCHER, Chris.; MATHUR, Navdeep; SMITH, Mike. The public governance of collaborative spaces: Discourse, design and democracy. **Public administration**, Oxford, v. 83, n. 3, p. 573-596, 2005.

STOJKOSKI, Viktor. et al. The socio-economic determinants of the coronavirus disease (COVID-19) pandemic. **Available at SSRN**, 30 p., abr,2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1101/2020.04.15.20066068>>.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Plenário referenda cautelar que afastou restrições da LRF e da LDO para combate à Pandemia**. Abril 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443281&ori=1>. Acesso em: 23 set. 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.357** - Distrito Federal, 29, mar. 2020. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI6357MC.pdf>>.

VAN DER VOET, Joris. Policy preferences in response to negative economic prospects of COVID-19: A survey-experiment among local politicians in four European countries. **Public Administration**, v. 100, n. 2, p. 365-374, 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/padm.12729>.

VIDAL, Josep Pont. Pandemia do COVID-19 e mudanças no Estado: surgirá uma nova administração pública em resposta essas mudanças?. **Cadernos EBAPÉ**. Rio de Janeiro, RJ, v. 18, n. 4, p. 924-935, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120200098>.

WEIBLE, Christopher M. et al. COVID-19 and the policy sciences: initial reactions and perspectives. **Policy sciences**, v. 53, n. 2, p. 225-241, 2020.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. Tradução José Antonio Ferreira. 2 reimp. da 2 edição. São Paulo: Cengage Learning, 2013

WORLD HEALTH ORGANIZATION. World mental health report: transforming mental health for all. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/teams/mental-health-and-substance-use/world-mental-health-report>. Acesso em 05. dez. 2022.

NUP: 23081.060105/2023-65

Prioridade: Normal

Ato de entrega de dissertação/tese

134.334 - Dissertação e tese

COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
5	Dissertação	Dissertacao.pdf

Assinaturas

28/04/2023 01:27:52

ANA MARIA HEINRICHS MACIEL (Aluno de Pós-Graduação)

06.10.05.01.0.0 - PG em Administração Pública - Mestrado Acadêmico - 42002010166M4

28/04/2023 09:44:03

NELSON GUILHERME MACHADO PINTO (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

32.17.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - UFSM-PM - DA-UFSM-PM

1960



Código Verificador: 2687306

Código CRC: 8b33fbe4

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>

